

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 17/09/2020	



## O PORTAL OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA

### Nota Premiada Bahia já contemplou 280 baianos do interior

17 setembro 2020



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios mensais, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiáú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. “Veio em boa hora, no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no [site da campanha](#), assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

## Maioria da capital

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

## Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no [site da campanha](#) e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

*Fonte: Ascom/Sefaz*



Veículo: Site Boca de Forno News	
Data: 17/09/2020	



## Nota Premiada Bahia já contemplou 280 baianos do interior

Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios mensais, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no Estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiaú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. “Veio em boa hora, no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no [site da campanha](#), assim como ainda no Instagram ([@notapremiadabahia](#)) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram [@sefazbahia](#), Facebook [@sefaz.govba](#) e Twitter [@sefazba](#)).

### **Maioria da capital**

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

### **Como participar**

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no [site da campanha](#) e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

Veículo: Site Farol News	
Data: 17/09/2020	



## NOTA PREMIADA BAHIA JÁ CONTEMPLA 280 BAIANOS DO INTERIOR

set 17, 2020 | [Economia](#)



Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios mensais, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no Estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiá (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. “Veio em boa hora, no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem-vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então



pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América. A lista de ganhadores pode ser consultada no **site da campanha**, assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

### **Maioria da capital**

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

### **Como participar**

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no **site da campanha** e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

Veículo: Rádio 98 FM – Campo Formoso	
Data: 17/09/2020	Programa: Notícias
Assunto: Entrevista com o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, sobre o aplicativo Preço da Hora Bahia.	

**Data:** 17/09/2020

**Hora:** 12:45:12

**Duração:** 06:55

**Emissora:** RÁDIO 98 FM

**Programa:** NOTÍCIAS

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Entrevista com o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, sobre o aplicativo Preço da Hora Bahia.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 18/09/2020	Caderno: Notícias

# A TARDE

Sex , 18/09/2020 às 06:04

## Consumo de produtos feitos no estado contribui para reaquecer economia baiana

Gisele Souza\*



Mais do que nunca, é preciso apoiar o comércio local. Contribuir com a economia gera maior visibilidade, sustentabilidade e novas oportunidades de bons negócios para a região, principalmente nesse momento atípico, no qual empreendedores estão enfrentando dificuldades impulsionadas pela pandemia da Covid-19, por ser um dos segmentos mais vulneráveis à crise.

O comércio está associado a geração de empregos, ampliação dos serviços, giro da economia, aumento da arrecadação de impostos, redução da poluição, diminuição dos desperdícios e de gastos. Uma cidade com maiores recursos, consegue investir melhor em infraestrutura, segurança, urbanização e outros.

Fomentar a economia da região garante a possibilidade para que diversos trabalhadores comecem ou fortifiquem investimentos nos seus negócios, estabelecendo maiores benefícios futuros para as grandes empresas.

A economia baiana, por meio de uma simples escolha do consumidor em valorizar o que é da casa, pode obter uma retomada das atividades comerciais de maneira mais ágil. O estímulo ao consumo de produtos e serviços produzidos na Bahia vem ganhando força com a campanha intitulada 'Made in Bahia', sem nenhum vínculo partidário, que visa o apoio e o fortalecimento das empresas baianas, atendendo todas as camadas da população, em um período de enfrentamento e de pós pandemia, ao compreender que as empresas precisam de impulso para retomar o fôlego.



Em estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) com 84 empresas, foi constatado que mais da metade obtiveram quedas superiores a 50% no faturamento.

O empresário Carlos Falcão, idealizador do grupo empresarial Business Bahia, que reúne 254 gestores em posições de alto comando em empresas que atuam no estado, afirma que o “BB como é carinhosamente chamado pelos seus membros, cresceu e passou a ser um coletivo virtual com representantes de dezenas de segmentos, e majoritariamente composto por sócios e alta direção das empresas, o que ampliou muito a atuação do Grupo”.

A valorização dos empreendedores locais, em um período de pandemia, contribui para a sobrevivência das empresas, mas, sobretudo, para o desenvolvimento socioeconômico da região. No entanto, Carlos destaca: “Não podemos falar de economia sem envolver sustentabilidade, ética, compliance e responsabilidade social, por exemplo. O lucro líquido deixou de ser a única variável que mede o sucesso das empresas e de seus executivos.”.

A campanha ‘Made In Bahia’ busca despertar a consciência da nossa população em privilegiar o consumo de produtos e serviços baianos. “Tudo é possível, desde que estejamos unidos com firmeza de propósito, sinergia no pensamento e transparência nas ações (...) e as conquistas são de todos. A nossa relevância está no coletivo, nunca no individual”, citou o empresário.

“A maior importância do ‘Made in Bahia’ foi despertar o assunto e trazer para o centro do debate a necessidade de priorizarmos os produtos e serviços locais. A campanha plantou a semente e abriu espaço para um futuro programa que gere vantagens competitivas para nossas empresas.”, acrescentou.

A campanha conciliou apoios de entidades e empresas, exercendo espaços expressivos e garantindo aderência no setor empresarial. Sendo assim, foi possível estabelecer um “espírito de baianidade”.

Nesse contexto, a Associação Comercial da Bahia (ACB) constituiu o ‘Made in Bahia’, para, em especial, assessorar as empresas baianas e fortalecer a produção estadual, por meio da priorização da fabricação e aquisição de produtos e serviços das empresas locais. Para Mário Dantas, presidente da ACB, a pandemia ocasionou prejuízos enormes e imensuráveis e com isso, se espera “um maior apoio das instituições financeiras para driblar essa situação o quanto antes.”

De acordo com Rodrigo Barbosa, sócio diretor da Essence Comunicação, uma equipe específica se voltou a realização da gestão publicitária da campanha ‘Made in Bahia’ para “cuidar da intermediação das empresas apoiadoras aos canais tradicionais de divulgação e às mídias online.”

“Trataram-se de mais de 100 empresas contribuindo para o sucesso da campanha e de uma repercussão nacional com um alcance de mais de 8 milhões de pessoas. Diria que superamos as expectativas e, com a ajuda de todos, criamos uma das maiores campanhas da Bahia em 2020.”, cita Eduarda Moura, líder de atendimento da Essence Comunicação.

Ao tratar da comunicação integrada, que perpassou por um intenso planejamento estratégico, capaz de alcançar espaços desejados e promover uma comunicação eficaz, Bruno Bastos e Lucas Abbehusen, sócios diretores da Essence Comunicação, afirmam que “o maior desafio da agência foi pensar em uma comunicação que conversasse com diferentes faixas etárias e em diversos veículos, tanto on como off. (...) Após os primeiros dados que tivemos acesso através do digital, percebemos que a aceitação era grande, não por um grupo específico, como geralmente acontece, mais sim por diversos. Isso posto, não houveram tantas dificuldades pois

após avaliação, decidimos usar a estratégia de “crossmedia”, adaptando a campanha para diferentes meios de comunicação e respeitando as características próprias de cada mídia”.

### **Arena Fonte Nova**

O presidente Dênio Cidreira, da Arena Fonte Nova – uma das empresas apoiadoras da campanha “Made In Bahia” e palco de grandes eventos, principalmente, desportivos – visualiza que os impactos da pandemia nos setores do turismo e entretenimento foram bastante significativos, ocasionando a reestruturação de todo o planejamento já estabelecido. “Estudamos alternativas para que a Arena continuasse a ser útil para a população e optamos por auxiliar à Prefeitura nas campanhas de vacinação contra o H1N1 e antirrábica. E apoiamos o Governo do Estado na implantação do Hospital de Campanha da Fonte Nova. Já montamos a logística para estarmos à disposição das autoridades públicas para aplicação em massa da vacina de prevenção à Covid-19, quando ela estiver disponível”, afirmou.

Além disso, o presidente entende que o ‘Made in Bahia’ é fundamental para obtenção de uma retomada acelerada da economia no Estado, pois “o dinheiro circulando, prioritariamente dentro do nosso Estado vai possibilitar, através de um ciclo virtuoso, a criação de empregos e arrecadação de impostos. Na Arena Fonte Nova, mais de 90% das nossas despesas são com empresas baianas e com produtos produzidos na Bahia. Quando voltarmos a ter eventos com público faremos uma grande ação pró Made In Bahia na Arena.”

“Apesar da pandemia ter sido a situação mais grave das últimas décadas, o brasileiro não desanima, até porque está acostumado a vencer desafios e sempre encontra as oportunidades. Estou otimista de que vamos sair dessa ainda mais fortes e com mais vontade de celebrar a vida”, destaca Dênio, esperançoso de uma rápida recuperação da economia.

### **Zoom**

Eduardo Mariano, sócio da Zoom – empresa apoiadora da campanha e espaço para um ambiente comunicacional robusto com diversas funcionalidades, dentre elas a videoconferência – relata que a pandemia gerou um clima de incerteza e insegurança nas pessoas. Porém, “a Zoom, imagem fruto de um trabalho de resiliência e reconstrução de ideias” não parou. Embora seus outros vínculos relacionados com o entretenimento tenham sofrido intensamente.

O empresário enxerga o otimismo como um fator importante para essa retomada, nos quais profissionais da área passam por frustrações, medos e aflições. “A palavra de ordem neste momento para quem tem resiliência e discernimento é ‘foco’. Estes seis meses de pandemia tem nos ensinado que acima de tudo está a vida, e foi neste contexto que procurei voltar minha produção, dedicando-me a colaborar na redução do contágio deste vírus. O que era uma necessidade e dever de cidadão, se tornou um negócio”, explica.

Ao ser questionado sobre o projeto ‘Made In Bahia’, ele cita que “não chamaria de campanha, mas sim de programa”.

“Estamos firmes neste propósito. Se temos opção de comprar na Bahia, é aqui que devemos nos fortalecer. (...) O Made In Bahia veio despertar nos empresários a riqueza que cada um pode oferecer”, descreveu Eduardo, enfatizando a importância e benefícios do investimento no consumo local.

### **Carlos Falcão**

**Como você percebe os benefícios do estímulo das pessoas ao optarem por produtos e/ou serviços baianos sempre que possível?**

Cenários adversos, exigem medidas especiais. Obviamente a ênfase no consumo de produtos e serviços baianos é uma quebra de paradigmas em um mundo globalizado. Porém precisamos conscientizar o consumidor das vantagens de privilegiar as nossas empresas, gerando mais renda em nosso estado e criando um círculo virtuoso, que permita a essas empresas uma retomada sustentada no pós pandemia, e em especial a geração de novos empregos.

**Pensando em um contexto pós pandemia, qual análise das melhores estratégias que podem ser adotadas para evitar maiores prejuízos em relação ao comércio local?**

O Made in Bahia é uma boa estratégia, mas sozinho significará pouco. Um programa de refinanciamento das dívidas tributárias também será importante. Porém o principal é que o crédito chegue na ponta, nas empresas. Essa semana tive acesso a uma pesquisa que me deixou muito preocupado. Apesar de representar 14.5% do PIB nacional, o Nordeste tem acesso a apenas 2% do crédito privado disponível. Isto demonstra claramente que nossas empresas dependem quase que exclusivamente de recursos dos bancos públicos, com opções mais limitadas na estruturação de operações no mercado de capitais. Será fundamental também a conscientização dos investidores baianos que devem pressionar os seus bancos a investir também na Bahia. Quem sabe se em breve não lançaremos a campanha “Baiano investe na Bahia”? Fica a dica.

**Os setores governamentais (Federal, Estadual, Municipal) apoiam com seriedade às empresas?**

Durante o auge da pandemia sentimos falta de um debate mais próximo com nossos gestores públicos sobre as necessidades das empresas. Porém, é importante ressaltar que os governos municipal e estadual deram um exemplo ao país de relacionamento institucional nas medidas de combate ao vírus, o que certamente foi fator decisivo para que nosso sistema de saúde não colapsar, e estão de parabéns por isso. Em relação as medidas tributárias, a prefeitura de Salvador foi mais rápida e já apresentou o seu programa de refinanciamento das dívidas fiscais, em condições que julgo serem bem interessantes. As empresas baianas estão aguardando que o governo federal e estadual também divulguem os seus Refis.

Já o ministério da economia, apesar de ter demorado a perceber o tamanho da crise, adotou medidas importantes, como linhas bilionárias de crédito, o auxílio emergencial, a suspensão dos contratos de trabalho e a redução de jornada e salário que mitigaram os efeitos da pandemia na população em geral, protegeram empregos e sustentaram o consumo nesses últimos seis meses. Porém não posso deixar de comentar a péssima proposta de reforma tributária apresentada pelo governo que pretende criar a CBS de 12%, o que seria inaceitável para o setor de serviços, em especial na situação atual.

**\*Sob supervisão da editora Keyla Pereira**



Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 17/09/20	



## TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS NÃO COMPENSAM E ESTADO E CAPITAL TERMINAM SEMESTRE COM ALTOS DEFICIT NA RECEITA



admin 17 Setembro, 2020

O programa de socorro a estados e municípios para enfrentamento da pandemia apresentou resultados desiguais entre esses entes da Federação. Enquanto algumas administrações receberam recursos mesmo sem ter tido perda de arrecadação, outras não receberam dinheiro suficiente para compensar a queda nas receitas. Esse foi o caso de oito estados, incluindo os quatro do Sudeste, e três capitais.

Além disso, a distribuição de recursos não teve ligação com as necessidades desses locais para enfrentar a pandemia, quando se considera a relação entre transferências e locais com maior número de mortes por habitante. As conclusões são parte de uma nota técnica da Rede de Pesquisa Solidária, que reúne pesquisadores de instituições públicas e privadas, como a Universidade de São Paulo, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e a Fundação Getúlio Vargas, com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária para o 1º semestre de 2019 e de 2020. Os dados foram atualizados pela inflação do período.

Projeto de lei complementar aprovado em maio deste ano criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que destinou o valor fixo de R\$ 60 bilhões da União para estados e municípios de forma a compensar perdas de arrecadação, em quatro parcelas, pagas

de junho a setembro. A divisão da maior parte do dinheiro foi vinculada ao tamanho da população.

De acordo com a lei, a destinação de R\$ 50 bilhões é livre. Os outros R\$ 10 bilhões devem ir obrigatoriamente para saúde e assistência. Desse valor, apenas R\$ 2,8 bilhões seguem critério que considera a taxa de incidência da Covid-19 apurada pelo Ministério da Saúde (o restante também depende do tamanho da população). Para os pesquisadores, uma possível extensão do programa deveria levar em conta uma distribuição mais equilibrada dos recursos.

“Se houver, e há uma pressão para que no ano que vem haja também algum tipo de socorro, não faz sentido manter um critério que não foi o mais justo. Precisa repensar se a calibragem não pode ser mais focada, mais justa, mais eficiente e equânime”, diz a coordenadora do trabalho, Ursula Dias Peres, professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

“Houve um temor da União de que, ao criar um critério ajustado pela perda de receita, ela ficasse comprometida com uma grande transferência, porque todo o mundo falava que a queda na arrecadação seria muito brutal. Achou-se por bem definir um valor fixo, mas isso não permitiu um ajuste para garantir equidade entre estados e capitais.” A maioria das capitais recebeu transferências federais maiores que as perdas na arrecadação (considerando as principais fontes de receita) no semestre. As exceções foram Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RS) e João Pessoa (PB). Na média, as receitas cresceram 4% no semestre.

Se considerado apenas o terceiro bimestre, período em que a arrecadação foi mais afetada pela pandemia e em que foi paga a primeira parcela do socorro, houve estabilidade na receita corrente líquida. Oito estados não conseguiram compensação pelas perdas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Ceará. Os dois primeiros, no entanto, foram os mais beneficiados por outra medida, a suspensão do pagamento das dívidas com a União, já que estão entre os maiores devedores em valores absolutos. Na média, os estados mantiveram as receitas no semestre, mas tiveram queda de 3,6% em maio e junho.

“A suspensão do pagamento das dívidas é um auxílio ainda mais desigual, até mais do que o das transferências, bem concentrado em alguns poucos estados e capitais. Também são recursos livres, que escapam de qualquer tipo de vinculação”, afirma Fábio Pereira dos Santos, técnico da Câmara Municipal de São Paulo que também participou da elaboração do trabalho. Outro ponto destacado pelos pesquisadores é que o socorro não foi vinculado a despesas específicas. Quando a receita tem como origem a arrecadação de impostos, há percentuais de aplicação obrigatória em saúde e educação.

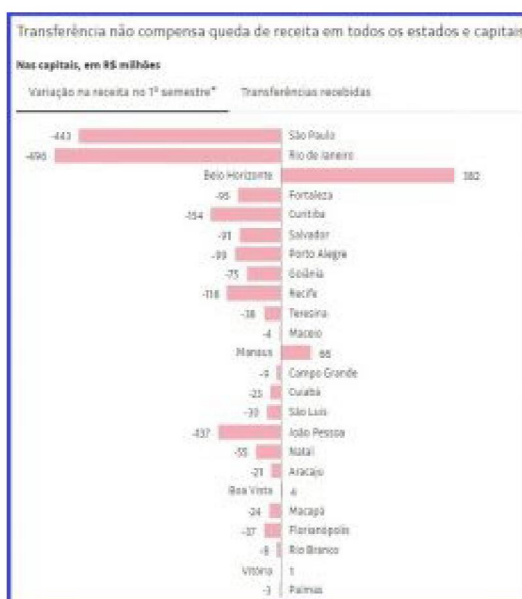
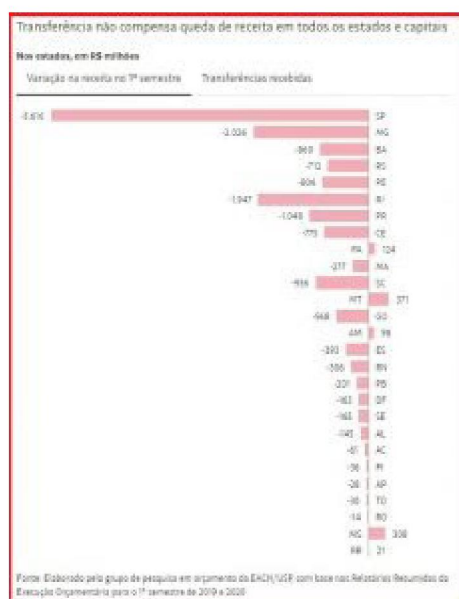
No caso da saúde, o trabalho mostra que as despesas subiram 10% nas capitais e 16% nos estados em relação ao primeiro semestre do ano passado, um gasto extra de R\$ 8,7 bilhões no total. Na educação, caíram cerca de 5% nos dois tipos de localidade (-R\$ 3,9 bilhões). Os dois

movimentos estão relacionados ao aumento da demanda por serviços hospitalares e ao fechamento das escolas.

Também cresceram as despesas com inativos —aumento de 5%, ou R\$ 4,3 bilhões no gasto das previdências estaduais. Nas contas das capitais também se destacou o crescimento de 7% na despesa com transportes (mais R\$ 199 milhões), por causa da compensação com o subsídio maior devido à queda no movimento de passageiros, por exemplo. O trabalho destaca ainda a queda na receita dos principais tributos nessas esferas de governo. Nos estados, houve redução de 18% no ICMS, principal tributo estadual, no terceiro bimestre, e queda de 6% no semestre, ambos em relação ao mesmo período de 2019.

Nas capitais, houve queda de 20% do ISS (imposto municipal sobre serviços) no bimestre, mas apenas 2,6% no semestre. Alguns tributos sobre propriedade sofreram mais. Houve queda de 27% no ITBI, que tributa transferência de imóveis, no bimestre (-15% no semestre). No IPVA, que tem receita mais estável por conta dos veículos usados, mas também é afetado pelos novos licenciamentos, houve redução de 7,5% no bimestre (-3% no semestre).

Três das quatro parcelas do programa serão pagas no segundo semestre, período em que o comportamento das receitas é considerado incerto pelos pesquisadores. Por isso, eles afirmam que ainda cedo para concluir que o dinheiro será suficiente para cobrir as perdas. “Ainda precisaria de, pelo menos, mais um bimestre para ter uma visão da necessidade [de mais recursos]”, afirma a coordenadora do estudo. “Se o ICMS e o ISS demorarem muito a reagir, provavelmente em outubro, novembro e dezembro vai se abrir um buraco nas contas de estados e capitais. O auxílio parece, do ponto de vista global, relativamente suficiente para cobrir as perdas até setembro, mas o que vai acontecer depois a gente não sabe”, diz o assessor da Câmara Municipal de São Paulo.





Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 17/09/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 17 de Setembro de 2020 - 10:40

## ***R\$ 1,1 bilhão: Bahia foi o 3º estado que mais recebeu recursos de fundo federal na pandemia***

O programa de socorro federal para estados e municípios aprovados pelo Congresso Nacional repassou R\$ 1,169 bilhão para o governo da Bahia durante a pandemia. O valor cobre a perda de receita do estado no primeiro semestre de 2020, que chegou a R\$ 860 milhões, e deixou aos cofres do governador Rui Costa uma margem de R\$ 309 milhões para investimentos.

Com os valores, a Bahia foi o terceiro estado que mais recebeu recursos do fundo do governo federal, ficando atrás de São Paulo (R\$ 2,8 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 1,2 bilhão).

A distribuição de recursos não teve ligação com as necessidades desses locais para enfrentar a pandemia, quando se considera a relação entre transferências e locais com maior número de mortes por habitante.

As informações são da nota técnica da Rede de Pesquisa Solidária, publicada na Folha de S.Paulo nesta quinta-feira (17). O estudo reúne pesquisadores de instituições públicas e privadas, como a Universidade de São Paulo, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e a Fundação Getúlio Vargas, que se debruçaram na base dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária para o 1º semestre de 2019 e de 2020.

O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus foi aprovado em maio deste ano e destinou R\$ 60 bilhões da União para estados e municípios de forma a compensar perdas de arrecadação, em quatro parcelas, pagas de junho a setembro. A divisão da maior parte do dinheiro foi vinculada ao tamanho da população.

## Doze Estados poderão oferecer parcelamentos especiais de ICMS

Programas autorizados pelo Confaz preveem redução de até 95% de juros e multas

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

18/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Douglas Campanini: "Os Estados estão precisando de caixa, ainda mais em meio à pandemia de covid-19" — Foto: Luis Ushirobira/Valor

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) autorizou 12 Estados a abrir ou reabrir parcelamentos especiais de ICMS, com redução de até 95% de juros e multas. Os programas, que dependem ainda de aprovação nas Assembleias Legislativas e regulamentação, ajudarão os governos estaduais a recuperar parte da arrecadação perdida com a crise econômica.

Entre os beneficiados está o Rio de Janeiro, que registrou queda de R\$ 1 bilhão na arrecadação tributária dos primeiros sete meses, na comparação com o mesmo período do ano passado. Atingiu R\$ 23,76 bilhões. Em 2019, R\$ 24,82 bilhões.

Em nota, a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-RJ) afirma que a medida é importante para recuperar parte da queda da arrecadação dos últimos meses, "assim como evitar a redução da base tributária em função da redução do número de contribuintes". E acrescenta: "A pandemia e a recessão repentina e profunda fizeram crescer exponencialmente a inadimplência tributária. Como consequência, há grande necessidade de regularização tributária por parte das empresas."

No Rio de Janeiro, poderão ser incluídos no parcelamento os créditos tributários inscritos, ou não, em dívida ativa, bem como os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de agosto.

As dívidas poderão ser parceladas em até 60 vezes. Mas se o contribuinte optar por quitar o que deve à vista, terá desconto de 90% em juros e multas. Para seis parcelas, cai para 80% e chega a 30% com o número máximo de mensalidades.

De acordo com Ivan Campos, sócio do Felsberg Advogados, o novo parcelamento fluminense traz descontos imbatíveis para quem optar pelo pagamento à vista ou

por poucas parcelas. “Mas como os contribuintes também estão quebrados, será muito difícil conseguir esses benefícios”, diz ele, acrescentando que em parcelamentos anteriores o prazo era maior, de 120 meses “Isso não ajuda muito em um momento de pandemia.”

O programa do Rio também exclui a participação de optantes do Simples Nacional. “Essas empresas estão passando por dificuldades como as outras”, afirma Douglas Campanini, da Athros Auditoria. Ele lembra que esses contribuintes, ao terem dívidas em aberto, podem ser excluídos do regime.

Além do Rio de Janeiro, estão incluídos nos convênios do Confaz (77, 79, 86, 87 e 88), os Estados do Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Mato Grosso e Acre. Em geral, os programas - novos ou reabertos - poderão oferecer descontos de até 95% de juros e multas em pagamentos à vista.

Nos casos do Espírito Santo e Mato Grosso, o Confaz autorizou a prorrogação dos parcelamentos abertos em 2019 até 31 de dezembro deste ano. O Estado do Acre também recebeu aval para a inclusão, em parcelamento de 2018, de dívidas com fatos geradores ocorridos até 30 de junho e vencidos até 31 de julho.

Para os Estados do Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, as autorizações preveem prazo maior que o do Rio de Janeiro. Poderão ser oferecidos parcelamentos em até 84 vezes e redução de até 95% de juros e multas para débitos declarados até junho deste ano.

Esses parcelamentos, em geral, segundo Campanini, são vantajosos, principalmente para quem puder optar pelo pagamento à vista ou um número pequeno de parcelas. Ele acrescenta que existe interesse dos Estados para a ativação desses programas, uma vez que é ano de eleições e houve redução na arrecadação por conta da crise. “Esses benefícios geralmente são concedidos próximos ao fim do ano. Os Estados estão precisando de caixa, ainda mais em meio à pandemia de covid-19”, afirma.

São Paulo também recebeu autorização do Confaz, mas apenas para oferecer oportunidade de regularização para os contribuintes no Programa Especial de



Parcelamento (PEP) do ICMS. Os requisitos para o restabelecimento dos parcelamentos rompidos estão no Decreto nº 65.171, do dia 4 deste mês.

Até 30 de setembro, os contribuintes que deixaram de pagar parcelas vencidas entre 1º de março e 30 de julho terão nova chance de voltar ao programa. No auge da pandemia, aproximadamente 5,7 mil parcelamentos foram rompidos. A estimativa da pasta é arrecadar aproximadamente R\$ 2 bilhões com a volta dos inadimplentes ao programa.

Em média, 14,5 mil parcelamentos estão em andamento, num total de R\$ 23,7 bilhões. Deste montante, o Estado já recebeu R\$ 12,9 bilhões. Esses parcelamentos são referentes a todas as versões do PEP.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

# A TARDE

**ENTREVISTA** Senador baiano disse que o ministro da Economia respaldou a sua proposta e argumentou que a iniciativa precisa agora de força política

## Ângelo Coronel afirma que tem apoio de Paulo Guedes para legalizar jogos de azar



### DA REDAÇÃO

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) voltou a utilizar as redes sociais para defender a legalização dos "jogos de azar". De acordo com o senador, em entrevista ontem para o Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, o ministro da

Economia, Paulo Guedes, já ouviu e apoiou a ideia. "Eu discuti este assunto com Paulo Guedes. Ele achou minha proposta ousada, apoiou totalmente, mas ele disse que precisamos agora de força política", explicou o parlamentar baiano.

Coronel defende que, além dos cassinos, também sejam legalizados no país o jogo do bicho, os caça-níqueis e os bingos. A legalização tem potencial de gerar mais de 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos, além de R\$ 20 bilhões ao ano em impostos.

A ideia de legalizar os jogos de azar, para o senador, parte do pressuposto de conseguir uma reforma tributária onde municípios, estados e União não percam arrecadação.

"Como você vai reduzir o imposto das empresas e pes-



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

### Coronel defende também o fechamento das fronteiras

soas físicas e vai retirar de onde para cobrir a necessidade de caixa das prefeituras, estados e União? Se você entra com recurso novo, você pode reduzir impostos velhos. Então vamos reduzir a carga tributária das empresas e os 27,5% que a pessoa física paga de imposto de renda. Isso entrando dinheiro novo dos jogos", pontuou.

"Temos que pensar no

Brasil para isso precisamos de uma reforma tributária que alivie e reduza, não a reforma de faz de conta como as que estão tramitando atualmente no Congresso Nacional", avaliou o parlamentar.

### Bancada evangélica

Sobre a resistência enfrentada no Congresso, especialmente pela bancada evangélica, Ângelo afirma que es-

te é o momento que as igrejas têm que deixar a religião de lado e pensar de forma prática.

"Mesmo a bancada evangélica sendo contra jogos, vou discutir da seguinte maneira: se as igrejas querem anistia de impostos, anistia de contribuição social sobre lucro, também têm que esquecer um pouco a religião e aprovar medidas para arrecadar impostos que vão aliviar o bolso do contribuinte brasileiro", observou.

### Fronteiras fechadas

Ainda durante a entrevista, o senador Ângelo Coronel defendeu também o fechamento das fronteiras do Brasil com os outros países, como uma forma de aumentar a arrecadação de impostos. Segundo ele, a ideia do fechamento de fronteiras também possui o apoio do ministro da Economia.

"Nós temos hoje 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres com 11 países que é um verdadeiro queijo suíço por onde entra contrabando de armas, cigarro, eletrônicos, e nenhum governo prestou atenção que precisamos fechar as fronteiras para não entrar o contrabando, e o que entrar do estrangeiro ter que pagar o imposto. É mais um aumento de arrecadação", defendeu Coronel.



**Correio\*****24h****ECONOMIA**

8

Co  
Salvado

# Competitividade: Bahia melhora, mas está no 18º lugar

**MELHORA** O Centro de Liderança Pública (CLP) divulgou ontem o Ranking de Competitividade dos Estados, desenvolvido em parceria com a B3, Tendências Consultoria e a Economist Intelligence Unit. A Bahia foi um dos destaques da região Nordeste neste ano. O Estado subiu duas posições no ranking e ficou em 18º lugar, logo atrás de Pernambuco.

Contribuiu para sua melhora o crescimento de dez posições no pilar Inovação (16ª colocação), a melhoria em sete posições no pilar Eficiência da Máquina Pública (7º lugar) e de cinco posições em Capital Humano (19ª colocação). Por outro lado, a Bahia caiu posições em Segurança Pública (25ª colocação).

O melhor nordestino no ranking nacional é

**O Estado subiu duas posições no ranking, mas está atrás do Ceará e de Pernambuco**

o Ceará, que ocupa a 10ª colocação, duas acima do lugar ocupado nos últimos dois anos. Neste ano, três estados do Nordeste melhoraram suas posições em comparação com 2019, dois estados mantiveram suas posições e quatro tiveram desempenho pior que no ano passado. O destaque negativo ficou com o Piauí, que ocupou o penúltimo lugar do ranking neste ano, três posições abaixo em comparação com o ano anterior.

As primeiras colocações no país não mudaram em relação a 2019: São Paulo em 1º, seguido por Santa Catarina e Distrito Federal. Na parte de baixo do estudo estão, além do Piauí (26º), estão Roraima (25º) e Acre (27º), nas três últimas posições. O Maranhão, que era o 26º no ranking de 2019, saiu da rabeira e ficou em 23º lugar.

No Ranking de Competiti-

vidade dos Estados 2020, as 27 unidades federativas foram avaliadas. Neste ano, o levantamento também reuniu dados sobre destaques e desafios enfrentados por áreas essenciais da administração pública no combate à covid-19 a partir de 68 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Segundo a CLP, o ranking, ferramenta que reúne dados para auxiliar gestores públicos a diagnosticar problemas e elencar prioridades, é utilizado por 20 estados.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/09/2020	Página:

**Correio\***

## *política baiana*

hia.com.br



@satelite

### Às na manga

Em meio à cruzada pessoal para destravar as obras da Fiol, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, lembrou aos líderes políticos e empresariais da Bahia, a quem pediu engajamento em torno do projeto, que há um trunfo importante para o sucesso da ofensiva. No caso, o ministro baiano Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator do processo referente à licitação do primeiro trecho da ferrovia, entre Ilhéus e Caetité. O aval do TCU daria o impulso que falta para acelerar a obra.



**Correio\*****24h**

6 | Sab

**BAHIA**

**TENDÊNCIA NACIONAL** Arroz, farinha e alguma carne. É assim que se preenche o prato daqueles que têm dificuldade de acesso ao alimento em todo país. Na Bahia, faltou comida em quase um de cada cinco lares entre 2017 e 2018. Isso significa que o problema atingiu

18,8% (922 mil) dos lares do estado e afetou quase 3 milhões de pessoas. Em outros 310 mil (6,3% do total) a situação foi mais crítica: 987 mil pessoas podem ter passado fome. Os dados são da “Análise da Segurança Alimentar no Brasil”, da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nas casas onde a fome pode ter batido à porta, as famílias experimentam a chamada insegurança alimentar grave, que ocorre quando faltam alimentos para todos os moradores, inclusive crianças. Nesses lares, dados nacionais do próprio IBGE mostram que o pouco dinheiro investido na alimentação doméstica vai para farinhas de diversos tipos (R\$ 24,42 mensais) e para o arroz (R\$ 15,01 mensais). Outra parcela grande do recurso é destinada às carnes

## Fome volta a crescer no estado pela 1ª vez desde 2013

(R\$ 65,12 mensais).

Essas são, justamente, as prioridades na casa da auxiliar de serviços gerais Neuza Santos, 44 anos. Sem emprego fixo há mais de um ano e vivendo com algumas diárias de faxina por mês ela diz que doações fazem a diferença. “Às vezes acontece distribuição de cesta básica e aí eu consigo uma alimentação melhor. Quando não tem, preciso escolher o que comprar e aí prefiro comprar o que rende mais”, explica ela, que é responsável pelos dois filhos.

Já a autônoma Liu Santos, 38 anos, conta com benefícios do governo para complementar a renda. Ela faz parte de 1.840.192 famílias que recebem o Bolsa Família no estado. Segundo dados da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), apenas no último mês de agosto, foram repassados R\$ 347,9 milhões.

**3MI**

de pessoas na Bahia foram afetadas pela fome entre 2017 e 2018, segundo dados do IBGE

**1**

a cada 5 lares sofreu com a falta de comida, o que representa 18,8% das residências; com isso, pode ter havido fome em 310 mil lares, aponta a pesquisa

**24,42**

reais são destinados à compra de farinha; R\$ 15,01 mensais para a compra do arroz. Outra parcela grande do recurso é destinada às carnes (R\$ 65,12 mensais)

“O dinheiro que eu recebo da bolsa família é o que faz a gente conseguir ter uma alimentação mais completa. Não chega a faltar o básico, mas muitas vezes eu preciso controlar quantidade pra chegar no fim do mês”, comenta Liu.

Foi a primeira vez que houve aumento desse dado depois de quedas sucessivas entre 2004 e 2013, chegando a 45,3% do total de residências em 2017 e 2018. Na comparação com outros estados, a pesquisa divulgada pelo IBGE aponta que, entre 2017 e 2018, a Bahia era o segundo estado com mais lares ameaçados pela fome. Ficava atrás apenas de São Paulo. Se considerados todos os níveis de insegurança, no entanto, o aumento baiano foi um dos mais baixos do país. Em 2013, a Bahia tinha o maior número absoluto de domicílios com algum grau de insegurança alimentar (1,823 milhão) e o 5º maior percentual (37,8%). Em 2017-2018, o estado foi superado, em termos absolutos, por São Paulo (4,808 milhões de domicílios em algum grau de insegurança alimentar) e Minas Gerais (2,228 milhões de domicílios) e caiu, em termos percentuais para a 14ª posição no ranking.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/09/2020	Página:

# Correio\*

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Fogo no Pantanal e as nossas aflições

O Pantanal é uma lindeza. Quem vê não quer parar de olhar aquela beleza de alagado, aquela multidão de pássaros. Há pontos do Pantanal que se a gente admirar bem cedinho fica pensando que deve ter sido assim o começo do mundo. São 150 mil km<sup>2</sup> no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Até o dia 13, estavam queimados 29 mil km<sup>2</sup>. Isso é um quinto do bioma. Mas o fogo avança um pouco mais a cada dia. No Parque Estadual Encontro das Águas, 85% da área está queimada e lá moram onças pintadas. O Pantanal é a maior planície alagada do mundo. O Brasil tem tudo imenso quando o assunto é ativo ambiental. É dono da maior parte da maior floresta tropical do planeta. Tem a maioria das águas da maior bacia hidrográfica do mundo. Que tamanha insensatez a nossa.

— A gente está assistindo a uma tragédia anunciada e crescente. No começo do mês, eram 12% do Pantanal afetados e agora aumentou para 19%. A fauna está sendo muito atingida, os animais estão desidratados e sem comida e isso vai acabar afetando todo o ciclo de reprodução de animais listados em situação de extinção. A gente está vendo também um impacto

econômico imenso — diz a cientista política Alice Thuault, diretora adjunta do Instituto Centro de Vida (ICV).

Nossas aflições se somam. O que afeta a Amazônia agrava o problema no Pantanal, que precisa do Cerrado. Os biomas se falam.

— O nível dos rios está muito baixo. Isso é cíclico, mas o desmatamento da Amazônia está impactando o equilíbrio do Pantanal. Eu digo que é tragédia anunciada porque todo mundo viu o que estava acontecendo, e a gente não deu conta, como sociedade, de colocar isso na agenda pública, dos tomadores de decisão — diz Alice Thuault.

Os tomadores de decisão no Brasil estão empurrando o país para o abismo ambiental. Este

governo desprezou todos os alertas, desmontou o Ibama e o ICMBio, tirou dinheiro dos seus orçamentos, não liberou os recursos que tinha em caixa, estimulou insistentemente o crime ambiental por atos, por palavras, por portarias e instruções, passando sempre a bolada nas leis. Espantou até os países que estavam doando para o Brasil proteger suas riquezas.

— Pelo corte de recursos, a máquina pública não está presente. O dinheiro do Fundo Amazônia está fazendo falta nas ações de preservação. O Mato Grosso tem um Corpo de Bombeiros antigo, mas que está sem orçamento. O Prevfogo, do Ibama, este ano não fez a qualificação de brigadistas, por causa da Covid — diz a diretora do ICV.

Perto do Parque Encontro das Águas fica a Baía do Guató, última terra indígena demarcada. Todas as aldeias dos Guató foram destruídas pelo fogo que não começou lá, mas sim em terras vizinhas:

— Hoje recebi a imagem da água que eles têm para beber, parece barro. Na Baía dos Guató foram protocolados vários pedidos para montar brigadas. Estão todos esquecidos do poder público. Primeiro é preciso apagar o fogo, depois será necessário socorrer as comunidades. Os indígenas e também os quilombolas que perderam toda a sua produção de subsistência.

Uma tragédia que se desdobra em várias. De onde veio o fogo? As investigações mostram que 67% da destruição foi con-

sequência de incêndios que começaram em nove pontos, cinco deles em áreas que têm cadastro ambiental rural de fazendas dedicadas à pecuária.

O Pantanal é muito específico. Quem vê tanta água, na época da cheia, acredita que ela sempre estará lá. Mas o bioma é frágil. As águas estão de visita, precisam do Cerrado preservado, porque no Cerrado, que parece seco, é onde nascem as águas. Se a Amazônia arde, o Pantanal fica mais seco. A fragilidade da vida se vê, por exemplo, na Arara Azul. Grande e linda e vulnerável. Ela tem suas exigências. Precisa de uma árvore, o manduvi (*Sterculia apetala*) para sobreviver. E faz seus ninhos nas árvores velhas que já têm um oco, onde elas se instalam na reprodução. Por um trabalho de 30 anos do Instituto Arara Azul a população dessas aves começou a aumentar. O que será delas ao fim dessa devastação?

O Pantanal é uma das preciosidades do Brasil. A flora é resiliente, ela pode voltar devagar, e com a ajuda de viveiros para o replantio, pensa a diretora do ICV. Mas a fauna está morrendo. Há organizações que estão saindo para hidratar os animais. A natureza do Brasil está pagando um preço alto demais.



Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/09/2020	Página:

# Correio\*

## FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

## VIDA LONGA

A Atlantic Nickel, que opera uma mina no município de Itagibá, ampliou de oito para 34 anos a expectativa de operação na Mina Santa Rita, no Sul da Bahia. A divulgação do novo Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) representa um marco para a empresa, pois consolida a companhia como uma das principais fornecedoras de níquel sulfetado do mercado mundial e a única atualmente em operação na América Latina. A previsão é de oito anos em operação a céu aberto e mais 26 de mina subterrânea. A operação subterrânea deverá demandar investimentos de US\$ 355 milhões (equivalentes a R\$ 1,8 bilhão) num intervalo de cinco anos.

Esse novo plano econômico eleva a Atlantic Nickel para um novo patamar internacional, com uma operação cada vez mais sustentável  
Paulo Castellari  
CEO do grupo Appian no Brasil

## Esperava mais

As licitações dos terminais do Porto de Aratu são um pedido antigo da comunidade portuária baiana. Por um motivo ou outro, nunca aconteceram. O problema é que agora, com a divulgação dos editais, as condições apresentadas deixaram a desejar. Paulo Villa, diretor-executivo da Associação dos Usuários de Portos da Bahia (Usuport) diz que os leilões dos terminais ATU 12 e ATU 18, previstos para o dia 22 de dezembro causou "perplexidade" nos associados da entidade. Os editais prevêm investimentos totais de R\$ 1,2 bilhão no ATU 12 e de R\$ 396 milhões, ao longo de 25 anos. "A gente acompanha o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Infraestrutura, mas o projeto que foi colocado é ruim e não atende a economia baiana", lamenta.

## Expansão acelerada

Apesar do cenário econômico atípico, reflexo da pandemia de covid-19, o Sistema Hapvida segue ampliando a presença no país. A operadora investiu R\$ 167 milhões na estrutura física de 158 obras entregues até o último mês de agosto. Estão previstas ainda mais 187 obras, dentre elas 34 novas unidades para serem entregues até o próximo ano. Ao mesmo tempo, com R\$ 3,4 bilhões de caixa livre, a companhia não descarta novas aquisições.

# 167

milhões de reais foram investidos pela Operadora Hapvida

## #GPcomVc

O programa #GPcomVc – anunciado pelo Grupo Petrópolis para investir R\$ 40 milhões na retomada segura de bares, restaurantes, botequins e outros estabelecimentos – terá um destaque especial para o Nordeste, que vai representar 40% do total do programa. Só na Bahia, serão 8 mil estabelecimentos, o equivalente a 20% do total. A ideia é dar suporte em meio a problemas dos pontos de vendas durante a pandemia.

## NO HORIZONTE

- **Nova unidade.** Referência em produtos naturais em Salvador, a Palato Especiarias, acaba de inaugurar sua segunda loja, no município de Simões Filho, com um investimento de 350 mil.
- **3D.** A Clínica Sanjuan investiu cerca de R\$ 250 mil em equipamentos e novas tecnologias este ano. O investimento inclui um aparelho exclusivo com simulação em realidade aumentada através da tecnologia 3D e inteligência artificial.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras



# Mais\*

A GASOLINA MAIS BARATA FOI ENCONTRADA NA CALÇADA E A MAIS CARA NO CHAME-CHAME



O valor da gasolina comum desceu até R\$ 0,56 nos postos de combustíveis de Salvador, segundo ANP

## Gasolina comum fica mais barata

**Abastecimento** Preços variaram entre R\$ 3,93 e R\$ 4,49 nos postos da capital baiana

Marcela Villar \*

REPORTAGEM  
marcela.villar@redebahia.com.br

A gasolina comum ficou até R\$ 0,56 mais barata nos postos de combustíveis de Salvador nestas primeiras semanas de setembro, queda que já vinha sendo registrada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão federal que regula e monitora os preços do produto no Brasil.

A gasolina mais barata foi encontrada no Posto Meridional, na Calçada, por R\$ 3,93; e a mais cara por R\$ 4,49, no Posto Shell, na Av. Centenário, Chame-Chame, como mostram os dados da plataforma “preços de combustíveis”, que atualiza os valores em tempo real. Já em um posto na Pituba, a gasolina comum foi encontrada por R\$ 4,19, isto é, 30 centavos mais barata que no início de agosto, segundo o gerente da unidade, Alex Andrade, 23.

A advogada Jeannine Peixoto, 34, que abastece o carro ali, não tinha notado a diferença até então, mas gostou da novidade. “Não fico procurando qual posto está mais

barato, mas é bom demais ter baixado, porque é muita coisa para cada litro”, pondera Peixoto. A economista Lídia Fonseca, 62, que também aproveitava para encher um pouco o tanque, notou a redução: “Acho ótimo, e que continue caindo”.

Uma das principais explicações, de acordo com o secretário executivo do Sindicomcombustíveis (BA) Marcelo Travassos, foram os três reajustes de preço feitos pela Petrobras em suas refinarias no mês passado. A empresa baixou em 0,23% (01/8), 3,97% (13/8) e 5,95% (21/8) o preço da gasolina. Com isso, alguns dos cerca de 200 postos existentes na capital baiana conseguiram reduzir o valor para o consumidor.

### MERCADO

Outro motivo foi a diminuição de cerca de 60% no consumo durante a pandemia. O quadro já começou a mudar, mas ainda apresenta queda de 30% em relação à consumo normal, que é de 74 milhões de litros por mês em Salvador. Hoje, a estimativa é que seja da ordem de 45 a 50 milhões de litros, segundo o sindicato.

Devido à queda na deman-

da, a estratégia dos empresários foi reduzir o preço, a fim de atrair clientes. “Muitos postos têm praticado essa diminuição de preço porque tiveram uma forte retração na demanda, as pessoas estão deixando de andar de carro. Isso fez com que alguns adotassem a política de reduzir seu preço para reconquistar o cliente, dar uma saúde no fluxo de caixa”, explica o secretário executivo do Sindicomcombustíveis, que é economista.

Em relação à variação de preço do commodity para o consumidor, Travassos esclarece que não há como fazer grandes reduções, pois 85% de seu valor independe do empresário. A maior parte da composição do preço que está nas bombas vem do custo com a matéria prima (o petróleo é comprado em dólar), e dos impostos de importação, responsável por metade do custo. “O preço da gasolina acompanha a paridade do mercado internacional e estrutural, independente da vontade do revendedor. Ela já chega com mais de 85% do preço que vai ser praticado, o que deixa uma margem apertada”, alega Travassos.

\*COM ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA  
FERNANDA VARELA

## Bahia teve a terceira menor taxa nos últimos dois meses

O presidente do Sindicomcombustíveis (BA), Walter Tanus, que é dono de quatro postos de combustível em Salvador e região metropolitana, afirma que não perde de vista o valor da concorrência para estabelecer os seus. “Todos os meus preços são acompanhando o do meu vizinho, porque temos um preço que é uma commodity e não tem como o preço ficar deslocado da concorrência, porque aí você perde clientela”, conta o empresário, que deixou uma margem de R\$ 4,09 e R\$ 4,19 nas unidades das quais é proprietário.

Segundo o relatório mais recente da ANP, a Bahia e o Rio Grande do Norte foram os únicos estados que retraíram o preço da gasolina entre 25/7 e 22/8 no país, com queda de 0,09% e 2,02%. Na variação dos últimos 12 meses, houve redução em 17 estados brasileiros - a Bahia teve a terceira menor baixa de preço com 0,87% de retração. Outros combustíveis também caíram de preço no estado neste período, como o etanol (7,87%) e o diesel (3,58%). Já o GLP subiu 1,39% nos últimos 12 meses.

●● Todos os meus preços são acompanhando o do meu vizinho, porque temos um preço que é uma commodity e não tem como ficar deslocado da concorrência  
Walter Tanus  
empresário e presidente do Sindicomcombustíveis

●● Muitos postos têm praticado essa diminuição de preço porque tiveram uma forte retração na demanda  
Marcelo Travassos  
secretário executivo do sindicato

## Site atualiza valor dos combustíveis em tempo real

Criada há 10 anos em Minas Gerais, uma plataforma colaborativa chamada de Gasspass atualiza os preços dos combustíveis em tempo real em todo o Brasil e até mesmo de outros países, como Argentina, México e Chile.

Pela ferramenta de busca, é possível acessar os preços por estados e municípios brasileiros.

O banco de dados é atualizado por usuários, donos de postos, pelo cartão de crédito da frota parceira da empresa quando os funcionários fazem o pagamento e até por robôs. A ideia surgiu pela defasagem dos dados da ANP, que demoram até duas semanas para serem divulgados.

“Temos uma equipe de 15 pessoas e robôs que identificam o posto que teve uma queda muito grande no preço”, conta o engenheiro mecânico Gitano Gama, 31 anos, responsável pela plataforma. Acesse neste endereço: <https://precosdoscombustiveis.com.br/pt-BR>.

●● Não fico procurando qual posto está mais barato, mas é bom demais ter baixado, porque é muita coisa para cada litro  
Jeannine Peixoto  
advogada

●● Acho ótimo, e que continue caindo Lídia Fonseca  
economista



# ‘Não há clima para a volta da CPMF’, diz João Roma

**Reforma** Parlamentar diz que objetivo de mudanças na tributação é simplificar

**Redação**  
REPORTAGEM  
redacao@correio24horas.com.br

Apesar das notícias de movimentação em setores do governo em torno da criação de uma espécie de nova CPMF, não há clima político para a recriação do famigerado tributo sobre as movimentações financeiras, não há clima político para isso. Quem garante isso é o deputado federal João Roma (Republicanos), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Segundo o parlamentar, neste momento não está em discussões mudanças nas regras tributárias que permitam ao contribuinte pagar menos impostos, entretanto também há entre os parlamentares brasileiros a intenção de aprovar medidas que representem o aumento da carga tributária. “A grande discussão em curso se dá em torno da simplificação tributária”, garantiu durante entrevista ao jornalista Donaldson Gomes, no programa Política & Economia, ontem no Instagram do CORREIO (@correio24horas).

O prefeito ACM Neto (DEM) é o próximo entrevistado do programa, no dia 24, às 18h.

**Tem comentários (de membros do governo) que me entristecem demais. Não vou parar de criticar quando algo não estiver nos conformes**  
**João Roma**  
Deputado Federal (Republicanos)

Na próxima semana, a equipe econômica liderada pelo ministro Paulo Guedes pretende enviar ao Congresso as últimas sugestões de mudanças nas regras tributárias. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), informou à agência Reuters ontem que vai promover uma discussão sobre a criação de um novo imposto para viabilizar a desoneração da folha de pagamentos.

“Mudar de nome não muda a essência das coisas. A população brasileira, de maneira muito clara, já manifestou um certo pavor em relação à sigla CPMF e isso independente de qual o governo de plantão”, ressaltou. “O cidadão enxerga – e ele está correto – que este tipo de imposto é um imposto injusto, onde muitas vezes o pobre paga mais do que o rico. Ele está inadequado”, diz.

“Não há simpatia, o próprio presidente Bolsonaro já negou essa tese algumas vezes e ultimamente ele tem sido até mais ríspido com algumas matérias econômicas, colocando a linha de governo que ele acha adequada”, analisa Roma.

Em meio a diversas propostas em curso para modificar a forma de arrecadação do poder público, existem três projetos em estágio mais



**O jornalista Donaldson Gomes entrevistou o deputado federal João Roma no programa Política & Economia sobre os projetos de Reforma Tributária**

adiantado, conta Roma. Um deles está em tramitação no Senado, o outro é a PEC 45, que ele relatou na CCJ e que está sendo conduzida pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e a proposta enviada pelo governo há aproximadamente 45 dias. O ministro Paulo Guedes entregou o projeto aos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AM).

João Roma avalia que a estratégia do governo de discutir os pontos da reforma separadamente como um erro. Segundo ele, essa ideia acabou gerando bastante ruídos. “Quando você enxerga o assunto de maneira complexa, percebe maneiras de compensar um ou outro problema. Mas quando discute por partes, naturalmente vai criar muitos pontos que não são satisfatórios”, explica.

REPRODUÇÃO

**●● A população brasileira, de maneira muito clara, já manifestou um certo pavor em relação à sigla CPMF**

**●● É necessário aprimorar as ferramentas de arrecadação para o novo mundo que vivemos, que é mais digital, de transações mais fluidas, mas a maneira de fazer isso não é puxando da caixa de ferramentas algo que afete os menos favorecidos**

**●● A população paga muito imposto sem ao menos ter noção de quanto paga**  
João Roma  
Deputado Federal (Republicanos), falando sobre a CPMF

## ‘Nem tudo é como o governo gostaria’

“Eu não sou gado, como o pessoal diz”, avisa o deputado federal João Roma, a respeito de sua relação com o governo do presidente Jair Bolsonaro. Para ele, é natural tanto as críticas que ele faz em relação a determinadas posturas do presidente ou integrantes do seu governo, quanto o apoio em decisões que considerar acertadas.

“Fui eleito para ser a voz de uma parcela da população brasileira que está sendo afetada por medidas adotadas pelo governo, mas não

tem o espaço que eu tenho para se posicionar”, explica. Roma afirma que não tem alinhamento automático ao governo, mas procura “abraçar” as pautas relacionadas à infraestrutura e aquelas que vão permitir avanços na área econômica.

João Roma diz que faz uma diferença entre as pautas defendidas pelo governo. Algumas, ele abraça “com fervor”. Em outras situações, opta por levantar a voz em protesto. “Tem comentários que me entristecem demais. Não vou parar de criticar

quando algo não estiver nos conformes”, avisa. “Nem tudo é da maneira como o governo gostaria”.

“A primeira coisa que eu sempre faço é procurar o governo para mostrar meu ponto de vista. Nem sempre consigo fazer valer o que eu acho certo, aí a alternativa é usar a tribuna (da Câmara) e os meios que tiver à disposição para defender quem acredito em mim”, avisa.

Segundo ele, o Republicano está mais alinhado ao governo atualmente, porém pautas que chegam do Palá-

cio do Planalto são todas discutidas com liberdade. “Não há um alinhamento automático com o governo”, afirma.

O deputado acredita que o presidente Jair Bolsonaro está percebendo a necessidade de melhorar a sua relação com os outros poderes.

“O governo está percebendo a necessidade de mudar a maneira como se relaciona com os outros poderes, percebendo que há uma estrutura institucional forte que precisa ser respeitada”, avalia.



# Tribuna

## Petrobrás se desfaz de ativos na Bahia e preocupa funcionários

YURI ABREU  
REPORTER

**P**ara concentrar as atividades no Rio de Janeiro e São Paulo, a Petrobrás vem se desfazendo de seus negócios, no resto do país. E a Bahia é um dos estados afetados por essa saída, tanto pelos empregos que aqui deixarão de ser gerados, quanto pelo montante que deixará de ser arrecadado pela unidade federativa, devido a estatal não mais aqui produzir.

Os impactos mais sentidos dessa saída são nos campos terrestres que pertenciam a empresa (localizados na Região Metropolitana de Salvador), e que foram vendidos, em agosto passado, para a SPE Rio Ventura S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum e Participações S.A.; na Refinaria Landupho Alves (RLAM), arrendada por um grupo dos Emirados Árabes Unidos; e a Fábricas de fertilizante nitrogenado da Bahia (Fafen-BA).

Além destes há o imponente prédio "Torre Pituba", inaugurado em 2015. De acordo com a Petrobrás, a desocupação do prédio já está ocorrendo. O destino das equipes que trabalhavam no edifício já foi definido e o processo de apresentação nos destinos foi postergado por conta da pandemia. Após

a desocupação o prédio será "hibernado".

Com relação aos empregados, tanto os dos que trabalhavam no prédio e nos outros equipamentos pertencentes a Petrobrás, a estatal afirmou que nenhum funcionário da será demitido, "mas transferido para outras atividades em outros polos da companhia ou o empregado pode optar por aderir ao programa de desligamento voluntário ou por acordo. O que norteia a movimentação dos empregados da Petrobrás é o acordo firmado com o MPT [Ministério Público do Trabalho], disse a empresa em nota enviada à equipe da TB.

Ainda segundo o informe, os desinvestimentos possibilitam que a Petrobrás concentre recursos em ativos de maior competitividade, sobretudo em águas profundas e ultraprofundas, principalmente no pré-sal, onde a companhia alcançaria melhor retorno financeiro. "Isso contribui para o equilíbrio financeiro e o melhor desempenho da companhia", explica a Petrobrás, ressaltando que a redução da alta dívida que possui é um passo importante para recuperar a capacidade de investimento.

"Ao realizar uma gestão ativa de nosso portfólio, podemos usar o recurso obtido para investir em ativos que geram mais valor e reduzir nosso endividamento. Dado

o passado recente de volatilidade do Brent, a Petrobrás tem buscado maior resiliência a preços baixos e a redução da alavancagem financeira. Para tal, tem-se buscado priorizar ativos e projetos onde a Petrobrás apresenta vantagem competitiva", prossegue a estatal.

"A avaliação constante dos ativos baliza as decisões da companhia quanto à composição da nossa carteira. Os desinvestimentos não implicam em descontinuidade da atividade e sim na oportunidade de novas empresas operarem e investirem nos ativos, a entrada de novas empresas no mercado de óleo e gás já tem casos positivos no sentido de incrementar as economias locais", finaliza a nota da Petrobrás.

### PREJUÍZO

Do outro lado dessa relação, estão os funcionários da empresa que, desde que a decisão foi tomada pela Petrobrás, se viram em um caminho complicado, já que muitos têm uma estrutura de vida formada por aqui e não teriam condições de realizar esse deslocamento para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Para o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), o cenário, para os trabalhadores, é preocupante.

"O Sindicato observa



### LUTA

Após uma série de protestos, prédio Torre da Pituba está sendo desocupado

com muita preocupação essa iniciativa, do atual governo federal, de acabar com as atividades da Petrobrás aqui na Bahia. Além disso, de diminuir as atividades da indústria de petróleo no estado da Bahia. A Petrobrás tem uma grande capacidade de fazer investimentos e gerar milhares de empregos por aqui. O ICMS [imposto estadual] da Refinaria Landupho Alves correspondia a 25% do que era arrecadado no estado. Chegamos a ter 27 mil trabalhadores na refi-

naria, entre próprios e terceirizados. Só aí, a gente consegue perceber a magnitude do que representa a Petrobrás", afirmou Jairo Batista, um dos coordenadores do Sindipetro-BA.

Ainda segundo ele, o governo federal vem adotado a estratégia de privatizar oito refinarias do país que, juntas, tem capacidade de carga do refino brasileiro de mais de 50%. "Eles alegam que isso [a venda] é para gerar concorrência, mas sabemos que é o contrário.

Vender uma refinaria como a Landupho Alves, responsável por produzir os derivados de petróleo e abastecer outros estados do país, vamos gerar o monopólio privado. Se fosse para gerar concorrência, caberia ao governo federal estimular a iniciativa privada a construir refinarias aqui no Brasil para isso. Essa transferência de posse vai ocasionar aumento no preço dos derivados de petróleo, do diesel, da gasolina e também do gás de cozinha", alertou.

Foto: Romildo de Jesus

Veículo: Estadão	
Data: .18.09.2020	Caderno: Economia



# Boa notícia para os devedores de ICMS

**Paula Lima Hyppolito Oliveira\***

18 de setembro de 2020 | 09h00

Em dezembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) nº 163.334, protagonizou relevante mudança acerca da criminalização do não recolhimento do ICMS declarado. De acordo com o julgamento, a conduta passou a ser considerada formalmente típica, ou seja, crime definido no artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/90.

Até então, nas pouquíssimas vezes em que se debruçou sobre o tema, a Corte considerava que se tratava de uma mera inadimplência tributária pela qual os órgãos fazendários poderiam buscar o adimplemento da obrigação pelas vias adequadas, judiciais ou extrajudiciais, sendo que para a prática delitiva seria necessária à existência de fraude, tal como ocorre no artigo 1º da Lei 8.147/90.

Menos de um ano após a sua prolação, já é possível verificar o forte impacto da referida decisão.

Em decisão monocrática, a Ministra Cármen Lúcia, do STF, concedeu ordem de *Habeas Corpus* para trancar ação penal em que se discutia o não pagamento de ICMS declarado referente a um período de sete meses RHC 165.334).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua vez, já deu provimento a um Recurso Especial (RESP 1.852.219) para absolver a ré por considerar a conduta atípica, na medida em que ausente a contumácia – estava-se diante de contribuinte que havia deixado de recolher o ICMS em período de apenas quatro meses; também foi concedida ordem de Habeas Corpus para o trancamento de ação penal (Ag no RHC 97.903), ante a evidente ausência de dolo, perceptível da simples leitura da denúncia.

Em São Paulo, da mesma forma, já é possível ver a mudança na condução de casos semelhantes pelo Judiciário. Já foi proferida decisão pela absolvição sumária de um contribuinte, na Comarca de Agudos, e também foi proferida sentença absolutória, na Comarca de Guarulhos. Em ambos os casos o norte foi o novo entendimento do STF.

A relevância do novo posicionamento é brutal e sua incidência deve causar forte impacto. Estudo realizado pela advogada e Professora do Insper Marina Pinhão Coelho Araújo, a partir da análise de 420 casos revelou que na maioria das vezes não é feita qualquer diferenciação entre o contribuinte que está inadimplente e aquele que de fato comete um crime. As denúncias são normalmente formuladas sem qualquer investigação prévia, e, na totalidade dos casos considerados pela pesquisa, eram contra os indivíduos que constavam no Contrato Social das empresas inadimplentes, sem levar em consideração qualquer contexto ou organização empresarial.

Nesta conjuntura, vale ressaltar trecho do voto do Ministro Luiz Fux onde demonstrou sua preocupação com a aplicação do novo entendimento da Corte ao dizer: “A decisão deve ser aplicada com cautela. Só pode valer para o devedor fraudulento. Não se pode inviabilizar a atividade empresarial”.

Com tantas empresas lutando para sobreviver, qual seria a sorte do país caso nossos contribuintes fossem processados e presos por deixarem de recolher o ICMS devido em momentos pontuais de sua atividade empresarial?

Para que o direito penal não se torne um instrumento arbitrário, o judiciário deverá ter cautela ao analisar o caso concreto.

Não obstante o claro ativismo judicial com a introdução de figura alheia ao tipo penal para sua caracterização, fato é que a Corte Suprema findou por dar claros limites para a incidência do crime, o que possibilita o afastamento de pronto da aplicação da lei a diversos contribuintes que por lapso ou dificuldades financeiras deixaram de recolher o imposto em momentos pontuais.

O crime só existirá se ficar comprovada a vontade deliberada de lesar os cofres públicos e a ordem tributária. Não se pode confundir o contribuinte que deixou de repassar o ICMS em momento excepcional com aquele que o faz reiteradamente com o intuito de obter vantagem financeira, por meio fraudulento.

Aqui cabe abrir um parêntesis: requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, ou ainda dar início ou proceder à persecução penal sem justa causa fundamentada ou contra



quem sabe inocente, são figuras típicas inscritas na Lei de Abuso de Autoridade.

Os órgãos de persecução devem ser mais cautelosos, assim como os juízes ao avaliar os requisitos para da ação penal.

**\*Paula Lima Hyppolito Oliveira é advogada, pós-graduada em Direito Penal Econômico pela FGV e sócia do Caputo,**

**Bastos e Serra Advogados**  
**NOTÍCIAS RELACIONADAS**

<b>Veículo: Estadão</b>	
<b>Data: .18.09.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## A preocupação dos contribuintes com o sigilo de informações divulgadas ao Fisco numa transação

Após mais de 50 anos dormente no Código Tributário Nacional, a transação tributária foi finalmente regulamentada este ano e passou a ser uma alternativa para os contribuintes regularizarem sua situação fiscal.

Criada há apenas quatro meses, os números da transação tributária já chamam atenção: foram mais de 30 mil transações que envolvem mais de R\$ 9 bilhões.

Ainda que a transação em matéria tributária pareça-nos a grande inovação da Lei 13.988/2020, a maior novidade trazida por essa lei é a nova relação entre Fisco e contribuinte, que finalmente poderão sentar-se à mesa para negociar e transacionar dívidas tributárias (dívidas em si e não apenas aspectos processuais), como já acontece em diversos países.

O que se espera da Lei 13.988/2020 é que tenha ficado para trás a sensação de que a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estejam do lado oposto ao dos contribuintes. O espírito de cooperação, transparência e razoabilidade deverá ditar o

tom da nova relação, que tem de tudo para trazer benefícios para as duas partes.

Para a realização da transação, o contribuinte, em muitas situações, abre ao Fisco informações sigilosas do seu negócio, como por exemplo faturamento, custos com folha de pagamento, aquisição de insumos, aluguel de imóveis, margem de lucro, ativos e respectivos rendimentos, entre outros, com a finalidade de demonstrar de forma transparente a sua situação financeira e, com isso, chegar a um acordo sobre as condições que viabilizem o pagamento de suas dívidas tributárias. A análise é, portanto, casuística.

Contudo, um silêncio na norma provoca receio, do lado dos contribuintes, em relação a como e em que circunstâncias as informações sigilosas divulgadas ao Fisco pelos contribuintes poderão ser utilizadas.

A Lei 13.988/2020 estabelece em seu artigo 1º, parágrafo 3º, que a transação em matéria tributária deverá observar o princípio da transparência, sendo que todos os termos de transação celebrados deverão ser divulgados em meio eletrônico *“com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo”*. Portanto, esse dispositivo protege a divulgação pública das informações sigilosas divulgadas; porém, nada fala sobre os limites do uso dessa informação pelo Fisco.

Ou seja, apesar de estarem protegidas por lei para fins de divulgação pelo Fisco, essas informações estarão à disposição da Receita Federal ou da PGFN e poderão, na prática, ser utilizadas em contextos diferentes.

Exemplo disso é a situação hipotética do contribuinte que possui valores a receber de clientes, mas pretende utilizar tais recursos para a modernização do seu negócio ou para outros investimentos que poderão contribuir para a geração de receita. A abertura de informação como essa, disponível na contabilidade da empresa, poderia ser utilizada pelo Fisco Federal para que, por exemplo, seja feita penhora *online* na conta corrente do contribuinte no momento do depósito dos recursos?

Outra situação que ilustra esse racional é o caso do contribuinte que, além de dívidas tributárias, possui outras dívidas com prioridade de negociação, o que garantiria a continuidade da operação da empresa, como por exemplo dívidas trabalhistas, com bancos, fornecedores, etc. O fato de o Fisco ter conhecimento da existência de recursos para o pagamento dessas outras dívidas poderia, eventualmente, criar o argumento de que o contribuinte possui recursos para oferecer como garantia em execução fiscal um depósito judicial ao invés de um bem imóvel?

É certo que tanto a Procuradoria como a Receita Federal são órgãos compartimentados, com competências específicas atribuídas a cada divisão e servidores distintos; porém, nada veda o compartilhamento dessas informações, a exemplo inclusive do que há entre Fiscos, o que é disciplinado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1/2014 e pelo Parecer PGFN n.º 980/2004.

Ou seja, a lacuna legislativa cria uma insegurança que pode desencorajar muitos contribuintes de fazer uso da transação.

Sobre o assunto, é importante analisar o exemplo de outros países que já utilizam o instituto da transação tributária ou até da arbitragem

tributária há alguns anos e podem servir de inspiração e experiência para o modelo brasileiro.

A legislação americana possui previsão legal expressa que veda a utilização das informações prestadas ao Fisco.

(<https://www.irs.gov/newsroom/taxpayer-bill-of-rights-8-the-right-to-confidentiality-o>), seguido pela IRS, que prevê como direito fundamental do contribuinte o direito ao sigilo de informações divulgadas ao Fisco. De acordo com essa regra, é garantido o sigilo das informações passadas ao Fisco, sendo possível eventual divulgação apenas se houver autorização expressa do contribuinte. Nesse caso, o sigilo veda a divulgação de informações para terceiros e até mesmo dentro da própria IRS.

Por sua vez, no Brasil, o sigilo das informações levadas ao conhecimento do Fisco, pelos contribuintes, leva em conta apenas a divulgação pública dessas informações, nos termos do que dispõe o artigo 1º, parágrafo 3º, da Lei 13.988/2020, não existindo qualquer previsão sobre a divulgação de informações dentro do próprio Fisco.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu um guia sobre como manter as informações disponibilizadas pelos contribuintes ao Fisco em sigilo (*veja abaixo*).

### **Documento**

- [GUIA PDF](#)

Esse documento demonstra que países como a Dinamarca e a Eslovênia exigem que os integrantes das suas respectivas administrações tributárias (os servidores envolvidos no caso) assinem termos de confidencialidade no momento em que são contratados,



justamente com o objetivo de evitar a divulgação de informações sigilosas.

A Itália, por outro lado, criou um serviço interno de auditoria, dentro da própria estrutura da administração tributária em âmbito nacional e local, para monitorar a aplicação de regras relacionadas à proteção das informações divulgadas pelos contribuintes ao Fisco.

Com a finalidade de evitar o mau uso de informações sigilosas pela própria estrutura do órgão de fiscalização de tributos, a Alemanha exige que o Fisco armazene informações sigilosas de contribuintes em sistemas que só podem ser acessados por servidores que possuam autorização expressa para ter acesso àquelas informações. Com isso, evita-se que outros integrantes do próprio Fisco utilizem aquelas informações para outros fins, que não aqueles que motivaram o contribuinte a disponibilizar as informações.

A postura adotada pelo Fisco alemão é semelhante ao que é denominado, no mundo corporativo, “*chinese wall*”, que pode ser definida como uma barreira física entre departamentos de uma mesma empresa que busca evitar a troca indevida de informações confidenciais e o conflito de interesses. Soluções simples, já existentes nos dias de hoje no ambiente das empresas, também podem ter excelentes resultados quando utilizadas no setor público.

Exemplos como esses demonstram, a nosso ver, que seria importante que o início das tratativas de um acordo de transação incluísse a obrigatoriedade de assinatura de um termo de confidencialidade que garanta que as informações prestadas pelos contribuintes serão utilizadas única e exclusivamente para aquele fim, sob pena de multa

ou penalidade similar que proteja o sigilo da informação, inclusive dentro da própria Receita Federal ou da PGFN.

Além disso, entendemos que seja recomendável a criação de um órgão pela Receita Federal e também pela PGFN que tenha como finalidade a auditoria interna de toda a instituição como forma de garantir o bom uso das informações apresentadas pelos contribuintes ao Fisco, o que certamente contribuirá para a transparência e para o espírito de cooperação que deverá guiar a relação Fisco-Contribuinte a partir da edição da Lei 13.988/2020.

Por fim, o armazenamento de informações sigilosas em bancos de dados que não estejam disponíveis a toda a estrutura do Fisco também nos parece uma boa medida para resguardar o sigilo de dados repassados por contribuintes no contexto de transações tributárias, mais uma vez reforçando a segurança do contribuinte ao dividir informações sigilosas com a Receita Federal ou com a PGFN.

Como conclusão do exposto, e como os números já mostram, a Lei 13.988/2020 com ulterior regulamentação tem um importante potencial de instituir um novo marco na relação Fisco-Contribuinte, com benefícios de parte a parte. Para que essa nova relação já nasça forte e transparente, entendemos que o Fisco deverá tomar o devido cuidado na administração de informações sigilosas que serão disponibilizadas pelos contribuintes, o que poderá ser feito mediante a criação de mecanismos que assegurem a sua utilização única e exclusivamente para os devidos fins para que foram disponibilizados.

**\*Andréa Mascitto é sócia da área tributária do escritório Pinheiro Neto Advogados e co-coordenadora do grupo de**

**estudos do mestrado profissional da Escola de Direito da  
FGV São Paulo dedicado ao estudo de métodos alternativos  
de solução de controvérsias em matéria tributária**

**\*Marco Aurelio Louzinha Betoni é associado da área  
tributária do escritório Pinheiro Neto Advogados e  
cofundador do Grupo de Estudos de Política Tributária  
(GEPT)**

mercado **coronavírus**

# 1 em cada 4 empresas de serviços avalia demitir, aponta sondagem

FGV mostra que muitas adiaram pagamento de tributo e poucas pegaram crédito

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Uma em cada quatro empresas do setor de serviços avalia demitir ou até encerrar as atividades quando acabar o período de vigência dos programas emergenciais relacionados à manutenção do emprego do governo federal, segundo sondagem realizada pelo Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Entre as empresas prestadoras de serviço que adotaram algum tipo de medida para preservar o emprego na pandemia, como redução de jornada e salário ou suspensão temporária de contrato, 35% dizem que vão fechar ou não conseguirão assumir totalmente a folha de pagamento.

Considerando todos os setores pesquisados (indústria de transformação, comércio, serviços e construção), metade das empresas não adotou medidas de proteção ao emprego, enquanto outras 35% adotaram e dizem que podem agora assumir a folha integralmente.

Já 10% pretendem demitir até 20% dos quadros, 5% afirmam que vão cortar mais do que esse percentual e 1% cogita encerrar suas operações quando acabar o período de validade dessas medidas. O levantamento mostra também uma correlação, em quase todos os segmentos, entre procura por esse e outros programas governamentais lançados na pandemia, dificuldade de voltar a pagar tributos e de assumir novamente os custos da folha de pagamento.

Esses são os três quesitos que fizeram parte dessa rodada da sondagem empresarial.

Entre os serviços, quase 90% das empresas nos segmentos de alimentação, alojamento e transporte rodoviário recorrem a programas como crédito para manutenção de emprego ou outra finalidade, redução de jornada e salário, suspensão temporária de contrato de trabalho ou posterior redução de pagamento de tributos, entre outras medidas do governo federal.

A postergação de tributos é citada por 50% das empresas. Esses são também os três segmentos dos serviços com maior percentual dos que vão demitir: alimentação (59%), alojamentos (34%) e transporte rodoviário (37%).

Nesse último quesito, também se destaca a situação da indústria de bens duráveis (31,7%), o que inclui as montadoras de veículos (27%), e o segmento da construção civil de edificações não residenciais por conta de paralisação em obras de infraestrutura.

Os percentuais de quem espera demitir são menores na indústria de alimentos e nos hiper e supermercados, 5% em ambos, segmentos que foram menos afetados pela pandemia por causa da produção e venda de itens essenciais.

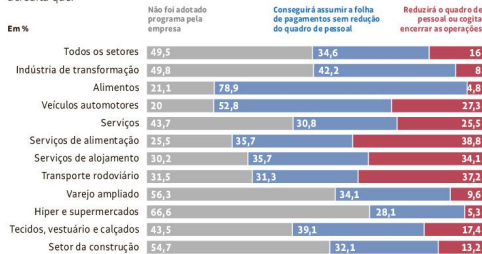
A expectativa de demissões também é mais baixa no segmento de edificações residenciais (6%), que tem mantido o ritmo de produção na crise.

Essa dificuldade de assumir a folha de pagamento está nos mesmos setores que foram os mais afetados, que tiveram de utilizar mais os programas do governo e que estão com mais dificuldade de se recuperar em 2021, diz Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das sondagens do Ibre.

Depois da redução de jornada e salários, usada por 42% das empresas, a segunda medida do governo mais utilizada foi o adiamento no recolhimento de tributos (36%), permitido pelo governo federal e

## Uma em cada quatro empresas de serviços deve demitir

Quando acabar a vigência dos programas relacionados à manutenção do emprego, a empresa acredita que:



## A empresa acessou algum programa governamental lançado durante a pandemia?



Fonte: Ibre/FGV

por algumas outras administrações locais.

Dessas empresas, 84% afirmam que devem retomar os recolhimentos ainda neste ano, e 7%, em 2021. Os outros 9% se dividem entre os que consideram que precisarão de algum programa de refinanciamento e os que não sabem se vão desviar o pagamento.

"Há uma certa volta da capacidade contributiva. Esses 84% nos surpreenderam. A gente esperava algo em torno de 75%, que foi o que a gente conseguiu calibrar com base em crises passadas", diz Julianna Damasceno, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Ibre, FGV. "A gente esperava que a inadimplência e a falência fossem pesar muito e que, com a recuperação que não é tão vigorosa, que as expectativas fossem piores, pois a última coisa que se pensa em termo de fluxo de caixa é no pagamento de tributos."

Segundo ela, o fato de auxílio emergencial ter como destino, em grande parte, o consumo faz com que parte desses recursos retorem ao governo por meio do recolhimento de tributos.

"Em muitos estados, existe um receio de que a arrecadação despique na ausência de um auxílio emergencial. Arrecadação de valor ou suspensão é algo que preocupa muito esses gestores", diz Damasceno.

O levantamento mostra ainda que a suspensão temporária do contrato de trabalho foi utilizada por 31% das empresas ouvidas. Houve baixa utilização de linhas de crédito: 9,6% nos empréstimos para manutenção de emprego e 5,7% para outras finalidades.

Entre os setores, o programa de crédito para manutenção de emprego se destacou na construção (8%), o dobro da média geral.

Entre os segmentos, na indústria de vestuário (68%), percentual muito acima dos demais, que não ultrapassaram 30%, com destaque também para os serviços de alimentação (25,5%) e a indústria de veículos (22,5%).

## Auxílios foram para produtos essenciais, dívida e poupança

Sondagem especial do Ibre mostra que 13,5% dos brasileiros receberam algum tipo de renda extra em razão da pandemia, percentual que sobe para quase 20% entre as pessoas com renda mensal até R\$ 2.100,00, por causa do auxílio emergencial a trabalhadores informais. Esse benefício foi pago a 9% das pessoas (27% nessa faixa de renda).

O levantamento também incluiu o saque emergencial do FGTS ou por demissão e seguro-desemprego, entre outros.

De cada R\$ 100 dessa renda extra, R\$ 31 foram para compra de bens essenciais, R\$ 27 para pagamento de dívidas em atraso, R\$ 20 para poupança e R\$ 16 para outros gastos do dia a dia. Apenas R\$ 2,3 foram destinados a bens como eletrodomésticos, móveis e roupas ou para serviços.

Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das sondagens do Ibre, diz que os dados mostram a cautela do consumidor diante das incertezas em relação ao futuro da sua situação financeira. Apesar do reaquecimento da economia, há receio de aumento de desemprego e perda de renda com a redução e fim do auxílio emergencial.

"A crise sanitária não está resolvida completamente. As empresas estão voltando a sua rotina de trabalho, mas a crise sanitária ainda não acabou. Isso faz com que os consumidores retraíam seu consumo e fiquem cautelosos."

Ainda de acordo com a pesquisa, a caderneta de poupança foi o destino de 55% do dinheiro poupado, 24% foram para outros investimento de renda fixa e 6,8% estão guardados em casa.

Aplicações em ações foram o destino de 0,8% dessa renda extra (2,9% entre as pessoas de renda acima de R\$ 9.600,01).

Nas sondagens, foram ouvidas 2.977 empresas e 1.517 consumidores, de 1º a 15 de setembro.

# Frete de prefeitos prefere simplificação a fusão de impostos

Isabella Macedo e Fábio Pupo

BRASÍLIA O presidente da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), Jonas Donizette (PSB), afirmou nesta quinta (17) que os gestores municipais decidiram apoiar uma proposta de simplificação de impostos na reforma tributária para não abrir mão do ISS (Imposto Sobre Serviços).

A simplificação, que deve ser cobrada, seria uma proposta diferente das feitas por Câmara e Senado, de fusão de certos tributos municipais, estaduais e federais. A proposta apoiada pela FNP é chamada de Simplifica Já. Segundo Vitor Puppi, presidente da Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), a ideia é criação de um ISS com um padrão nacional, com uma única legislação.

"Em vez das 27 legislações, das milhares de resoluções, decretos, regulamentos do ICMS, teríamos uma legislação nacional. Também uma legislação nacional do ISS para os milhares de municípios —teríamos apenas uma lei".

Para Puppi, a proposta visa também desonerar parcialmente a folha de pagamentos.

Em audiência pública da comissão mista da Câmara e do Senado, Donizette, que também é prefeito de Campinas, disse que a maioria dos prefeitos da FNP não sente firmeza na proposta de um fundo de compensação para as perdas das cidades na

reforma tributária. Por isso, a decisão da frente foi apoiar o Simplifica Já.

A ideia do fundo é discutida como forma de compensação por eventuais perdas de estados e municípios com a fusão de impostos discutida pelos parlamentares.

"Os prefeitos vivem um clima de desconfiança. Não é uma desconfiança do trabalho dos senhores, é uma desconfiança de situações que o Brasil já viveu", explicou. Além de citar a pandemia e as eleições, o prefeito também apontou que o ISS tem fácil arrecadação nos municípios. Segundo Donizette, os prefeitos têm a sensação de que abririam mão de uma receita independente para ficar à mercê de repasses.

"O ISS tem se mostrado um imposto promissor. Ele é um imposto fácil de ser arrecadado, é praticamente 100% eletrônico no Brasil, que tem dado um estofado para as médias e grandes cidades".

Puppi explicou que a proposta da Abrasf é de que o ISS prevaleça no destino, e não onde a empresa está (como hoje). A alíquota seria fixada entre 2% e 5% e cada um escolheria sua alíquota.

O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PI), demonstrou irritação. Para ele, sempre haverá dificuldades e desconfiar dos setores público e privados ao tratar de uma grande reforma. Para ele, o setor privado teme aumento de carga, e os entes federados, perda de receitas.

**folhamercado**

PARA QUEM PRECISA ACOMPANHAR O MUNDO DOS NEGÓCIOS, MAS NÃO TEM TEMPO A PERDER

A Folha lança a **FolhaMercado**, uma newsletter gratuita que reúne diariamente\* as notícias, análises e informações sobre empresas e mercado. Produzida por jornalistas e especialistas da área, ela apresenta conteúdos exclusivos relacionados a empreendedorismo, inovação e principais índices econômicos, como o dólar e a Bolsa de Valores. Assine gratuitamente e mantenha-se atualizado sobre tudo o que afeta mercado, empresas e o seu bolso.

As informações mais importantes do mundo dos negócios, grátis, todo dia no seu email

Cadastre-se gratuitamente em [folha.com/folhamercado](http://folha.com/folhamercado) ou escaneie o QR CODE

**FOLHA**  
NÃO SA PRA NÃO LER



mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Aquecimento

Na corrida das instituições de ensino superior brasileiras pela Laureate, ninguém arrisca entrar em clima de já ganhou. Além do páreo entre Yduqs e Ser Educacional, Anima e Cruzeiro do Sul aparecem no radar. As potenciais propostas para cobrir o acordo da Ser, que largou antes, devem vir agressivas. Especialistas que acompanham o caso veem um cenário embolado, em que é cedo para cravar se haveria qualquer problema concorrencial para alguma das companhias.

**DIMENSÃO** Quem tem memória da tentativa fracassada de unir Kroton (hoje Cognia) e Estácio (hoje Yduqs) para criar uma gigante com 25% de participação de mercado, barrada pelo Cade em 2017, afirma que o negócio atual nem de longe se assemelha.

**MAPA** Até mesmo a Yduqs, a maior dentre as interessadas, alcança pouco mais de 10% de participação se absorver a Laureate. A avaliação é que, se alguma sobreposição viesse a atrapalhar a Yduqs, seria algo em operações periféricas, no Rio e em Salvador. Na praça mais importante, em São Paulo, não há recio de riscos de impedimento.

**ESTUDANTE** Na opinião de William Klein, presidente da Hooper, consultoria especializada no mercado de educação, se fosse necessário, a Yduqs poderia se desfazer de ativos menores com facilidade.

**PICO** Na série das mudanças provocadas pela pandemia que começam a se desmanchar, a forte onda de doações agora anda de lado. Houve um consenso no Fórum Brasileiro de Filantropia e Investidores Sociais 2020, nesta quinta (17): o desafio é fazer com que a doação de emergência vire um movimento com novas formas de atrair capital.

**PLATÔ** Desde meados de julho, o gráfico da evolução do total de doações empacou em pouco mais de R\$6 bilhões. Alcançou R\$ 6,3 bilhões no início deste mês. Lembrando que em abril e maio, crescia mais de R\$1 bilhão por mês. O número de doadores estacionou perto de 500 mil em agosto.

**MARÉ** Os indicadores de demanda dos diferentes setores de transporte de carga apresentam desempenho desigual neste ano, segundo a CNI. O marítimo, o único com resultado positivo, subiu 4% no primeiro semestre ante 2019.

**TRILHO** O transporte de carga aérea recuou 23% na comparação semestral. O ferroviário caiu 7% e o de tráfego de caminhões nas rodovias, 6%. A comparação de junho com maio teve altas de 2% no marítimo, 6% no aéreo, 12% no ferroviário e 10% no rodoviário.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



**MODA** A Zara da Espanha lançou nesta semana um aplicativo que os clientes podem usar para agendar horário nos provadores das lojas físicas. O app também mostra mapas dos estabelecimentos para agilizar a localização de produtos esgotados na loja virtual.

**ENVELOPE** Nas duas primeiras semanas de setembro, o Procon-SP recebeu 756 reclamações de consumidores contra os Correios. É um salto em relação a setembro do ano passado, quando foram recebidas 132 queixas durante todo o mês.

**SELO** A estatal entrou em greve no mês passado, o que pode ter contribuído para impulsionar a insatisfação, mas o número vinha crescendo no primeiro semestre. Os Correios afirmam que estão trabalhando para reduzir os efeitos da greve e que a adesão foi baixa, com menos de 18% dos empregados da área operacional.

**EPÍLOGO** Marcus Teles, sócio da rede de livrarias Leitura, prevê uma avalanche no setor, se o governo levar adiante o plano de cobrar tributos sobre livros após a reforma do sistema de impostos. Inviabilizaria a continuidade de metade das livrarias brasileiras, segundo o empresário, que vai encerrar 2020 com 79 unidades em sua rede.

**PRÓLOGO** Para Teles, o governo não estudou bem o assunto, pois a arrecadação com livros seria baixa. A mudança atingiria o setor em um momento transformador, em que, apesar da pandemia, há oportunidades no vácuo deixado pelas lojas fechadas e nas redes Saraiva e Cultura, em recuperações judiciais.

**CAPA** A Leitura elevou de 6 para 9 o número de lojas no plano de expansão deste ano. Das áreas tero recursos do BNDES.

**BASTÃO** A Sanofi Genzyme, unidade de negócios da Sanofi para doenças de alta complexidade, vai ter um novo diretor-geral no Brasil, Rafael Prado. O executivo está na empresa desde 2014 e atuou como gerente-executivo na América Latina, diretor em inteligência de negócios e diretor de doenças raras no Brasil.

# Reforma de servidor deixa brecha para aumento de cargos de indicação política

Proposta libera indicação de comissionados para atividades técnicas; atualmente, eles são limitados a funções de chefia

Thiago Resende e Bernardo Caram

**BRASÍLIA** A proposta do governo federal para reformular o serviço público abre espaço para que os cargos de indicação política aumentem, de acordo com a avaliação de especialistas. O projeto, encaminhado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao Congresso, retira da Constituição critérios para nomeações em cargos comissionados, hoje limitados a funções de chefia e assessoramento.

Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conseguiu aprovar uma reforma administrativa para modernizar a estrutura do Estado. Entre as mudanças, foram feitas na Constituição restrições a essas vagas. Por isso, atualmente apenas servidores públicos efetivos, aqueles que passaram por concursos públicos, podem assumir funções de confiança na administração pública. Em troca de um adicional no salário, eles recebem mais responsabilidades do que aqueles que se ocupam de tarefas rotineiras da carreira.

Para os cargos comissionados, a regra é dividir proporcionalmente as posições entre funcionários de carreira e indicações fora do serviço público. Esses postos têm atribuições semelhantes às funções de confiança, ou seja, geralmente envolvem o comando de uma equipe.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) elaborada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) flexibiliza os critérios de ocupação desses postos, incluindo, para além de funções gerenciais, atividades técnicas. O STF (Supremo Tribunal Federal), com base na redação atual da Constituição, tem reafirmado que funcionários comissionados não podem exercer atividades burocráticas, técnicas ou operacionais. Os julgamentos tratam principalmente de processos relacionados à administração pública em estados.

Segundo o presidente da Conamp (Associação Nacional

dos Membros do Ministério Público), Manoel Murrieta, a mudança proposta por Guedes retira as condições para um funcionamento independente da máquina pública.

"A proposta flexibiliza as regras, e dependemos de autonomia para um serviço de qualidade", afirma Murrieta. Procurador, o Ministério da Economia nega que a proposta abra uma margem para mais indicações políticas e diz que os critérios para essas nomeações serão previstos em uma lei complementar, cujo projeto ainda não tem previsão de apresentação ao Congresso, e em ato do chefe de cada Poder.

Antes da reforma de 1998, a Constituição determinava apenas uma preferência para que servidores de carreira ocupassem os cargos comissionados e as funções de confiança. No texto sugerido pelo governo, essa prioridade não é citada.

Uma análise da PEC da reforma administrativa de Guedes que circula entre congressistas também critica esse trecho.

Segundo o consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, a versão do governo abre brecha para uma ampla ocupação desses cargos sem critérios técnicos. "Há um receio de subverter o serviço público".

O Ministério da Economia afirma que a mudança tem como objetivo "estabelecer uma estrutura de cargos mais condizente com a necessidade do Estado". Com a reforma, Guedes quer reduzir os gastos obrigatórios com o funcionalismo público, com três quintos dos votos, em cada Casa. Só então as regras previstas na proposta podem entrar em vigor.

A reforma só deve ter efeito nas contas públicas após a aprovação de medidas complementares que ainda não foram encaminhadas ao Congresso Nacional.

Inicialmente, o governo não quis prever qual seria o efeito nas contas públicas, mas, na semana passada, Guedes citou que a proposta poderia gerar uma redução de despesas da ordem de R\$ 300 bilhões em dez anos.

**CARGO DE CONFIANÇA E CARGO COMISSIONADO**

Essa efetividade, segundo ele, seria alcançada após regulamentação futura em lei e com os propósitos da mudança constitucional", disse.

"O ideal é que se cobre que a complementação legislativa seja ágil e venha em linha com os propósitos da mudança constitucional", disse.

Críticos à proposta, no entanto, afirmam que muitas vezes a regulamentação não é feita pelo Congresso e as regras acabam ficando em aberto, dando margem para diferentes interpretações, ou até mesmo tornando a medida inócua.

Um exemplo foi a inclusão na Constituição em 1998 da regra que permite a demissão de servidores públicos por desempenho insatisfatório. Para ser colocada em prática, a medida depende de regulamentação pelos congressistas por meio de uma lei complementar.

Mais de 20 anos depois, a lei nunca foi aprovada pelo Legislativo, e o governo não pode fazer demissões de servidores por esse mecanismo, apesar da previsão na Constituição.

Em setembro, Bolsonaro enviou ao Congresso a proposta encampada por Guedes para reformular o funcionalismo público no país. Mas foi apenas a primeira etapa. Ao todo, devem ser três.

A PEC ainda precisa ser analisada pela Câmara e pelo Senado — dois turnos, com três quintos dos votos, em cada Casa. Só então as regras previstas na proposta podem entrar em vigor.

A reforma só deve ter efeito nas contas públicas após a aprovação de medidas complementares que ainda não foram encaminhadas ao Congresso Nacional.

As mudanças na Constituição

Variações nas regras para o exercício de cargos de confiança

**Como era antes de 1998**  
Os cargos em comissão e as funções de confiança são exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei

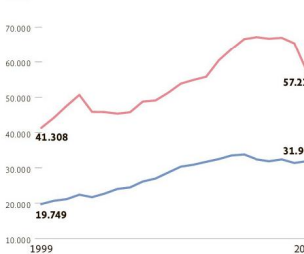
**Como ficou a partir de 1998**  
As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

**Como o governo quer**  
Os cargos de liderança e assessoramento serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas

Número de cargos de confiança cresceu ao longo do tempo e desacelerou nos últimos 5 anos

Dado inclui governo federal, agências reguladoras, universidades e institutos federais, por meses de julho

■ Cargos comissionados de direção e assessoramento\*  
■ Funções e gratificações técnicas\*\*



\*De livre nomeação, podem ser exercidos por servidores ou pessoas sem vínculo com a administração pública  
\*\*Também de livre nomeação, mas são exercidas exclusivamente por servidores  
Fonte: Ministério da Economia



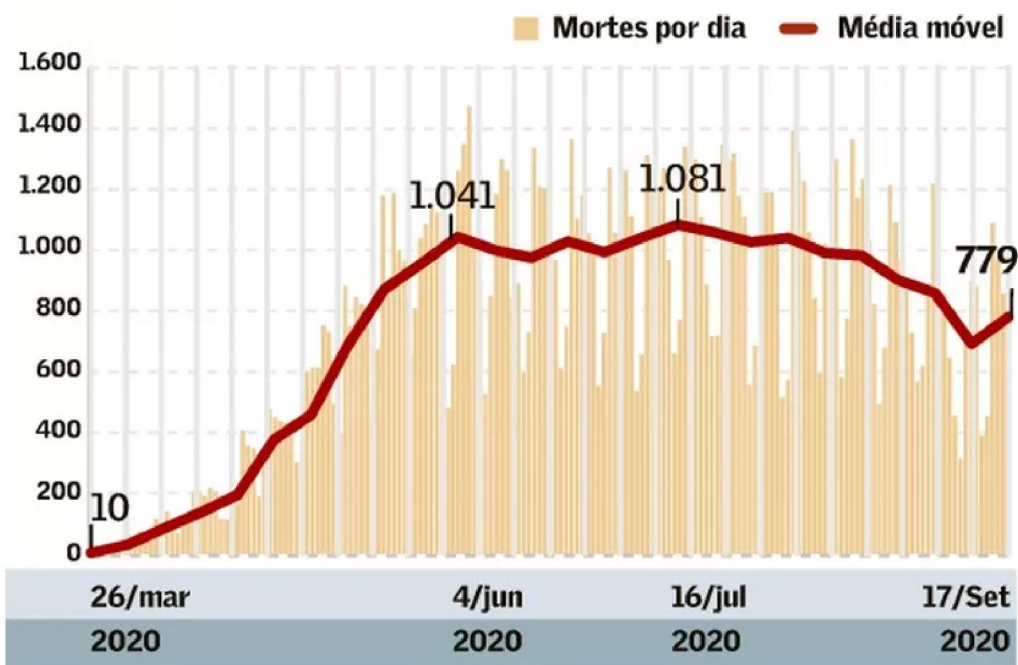
# 13 Estados têm tendência de queda de mortes

País registrou ontem 857 novos óbitos por covid-19

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

## Coronavírus no Brasil

Mortos por dia e na média móvel semanal



**135.031**

É o número de mortes em virtude da covid-19 no Brasil desde o início da pandemia

**857**

É o número de mortes no dia

Fonte: Consórcio de veículos da imprensa

O Brasil chegou ontem a 4,46 milhões de casos e 135.031 óbitos por covid-19, segundo registros das secretarias estaduais de Saúde levantados pelo consórcio de veículos de imprensa. Ontem foram registrados 35.757 novas ocorrências e 857 novas mortes pela pandemia no país.

O Brasil tem 13 Estados, além do Distrito Federal, com tendência de queda nas médias móveis de mortes: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Onze Estados apresentam, segundo o jornal "O Globo", tendência estável nas médias móveis de óbitos: Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Apenas Pernambuco e Rondônia apresentaram tendência de alta nas médias móveis de óbitos por covid-19.

A média móvel de óbitos nos últimos sete dias no país, de acordo com o levantamento, é de 779.

Os dados são apurados nas secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal pelo consórcio formado pelos jornais "O Globo", "Extra", "Folha de S. Paulo" e "O Estado de S. Paulo", além dos portais G1 e UOL.

De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil registrou ontem 829 novas mortes por covid-19 e totalizou 134.935 óbitos pela doença. Hoje, existem 2,4 mil mortes em investigação, que pode aumentar o total de vidas perdidas após contágio pelo novo coronavírus.

O Brasil totaliza 4.455.386 pessoas infectadas pelo vírus, sendo 36.303 casos registados nas últimas 24 horas. O número total de pacientes recuperados alcançou 3.753.082.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

## BB, Caixa e Casa da Moeda não serão privatizados, diz Bolsonaro

Segundo ele, pensamento do governo é de abrir mão de “tudo aquilo que a iniciativa privada pode fazer”

Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o Banco do Brasil, a Caixa e a Casa da Moeda não serão privatizados em seu governo.

A declaração foi feita durante sua "live" semanal, após responder um questionamento se o país precisa de três grandes bancos como a Caixa, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Porém, o BNDES não foi contemplado na resposta.

“Eu já falei que Banco do Brasil e Caixa Econômica, no meu governo, não se cogita a sua privatização. Assim como queriam privatizar a Casa da Moeda aí eu - o pessoal fala - interfere. Exerci um direito meu, não é interferência, é um direito meu”, disse. “A Casa da Moeda eu achei que não era o caso, tendo em vista informações que eu tive de outros países que privatizaram e depois voltaram atrás.”

## Desgaste de Guedes cresce com teto em xeque

As sugestões da equipe econômica têm sido seguidamente desautorizadas por Bolsonaro, indicando o risco de mudanças na política fiscal

Por Sergio Lamucci — São Paulo

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

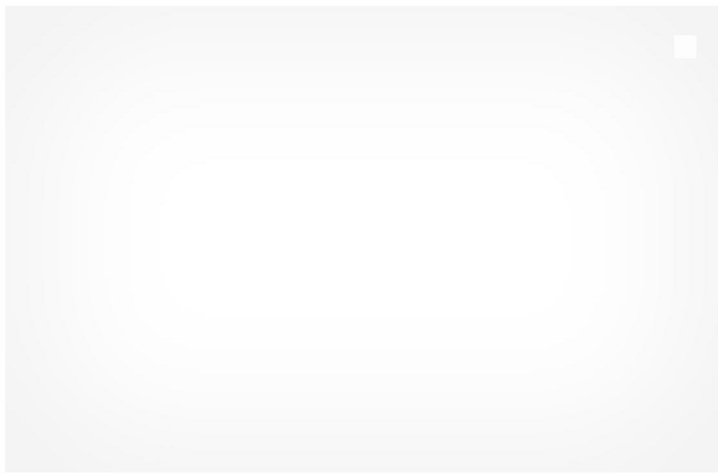
---

O crescente desgaste do ministro da Economia, Paulo Guedes, é evidente. As sugestões da equipe econômica têm sido seguidamente desautorizadas pelo presidente Jair Bolsonaro, indicando o risco de mudanças na orientação da política fiscal.

Essa percepção deixa o mercado ressabiado, como diz o analista político Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores. Os investidores “evidentemente percebem o desgaste de Paulo Guedes e a indefinição sobre como combinar o Renda Brasil com o teto”, diz ele. Mas a avaliação é que Guedes ainda não cedeu num ponto fundamental, ao menos por enquanto - o compromisso com o teto, afirma Ribeiro.

A posição do ministro, porém, obviamente não é confortável. “A situação de um ministro da Economia que é constantemente confrontado em público pelo presidente da República não pode ser considerada estável”, observa Ribeiro. “O cartão ainda não foi o vermelho, mas o prestígio de Guedes dentro do governo e nos meios políticos de Brasília foi mais uma vez abalado”, diz o analista da MCM, citando uma frase atribuída a Mario Henrique Simonsen, ministro da Fazenda de 1974 a 1979: “Não existe ministro da Fazenda fraco”. Um chefe da equipe econômica fraco é inócuo, afirma Ribeiro.





Ads by Teads

Até o momento, porém, Bolsonaro não abriu mão do teto, ainda que a vigência do mecanismo esteja cada vez mais sob pressão. Para ser cumprido em 2021, será necessário um corte expressivo das despesas discricionárias, como custeio da máquina e os investimentos, já muito comprimidos. E, o ponto principal, o teto hoje tende a ser visto pelo presidente como o grande obstáculo para a criação do Renda Brasil, que poderá ser a sua marca na área social, substituindo o Bolsa Família e se tornando um grande ativo eleitoral em 2022.

As soluções cogitadas pela equipe econômica para colocar o Renda Brasil de pé, respeitando o teto, foram rechaçadas pelo presidente. A primeira ideia arquivada foi o uso dos recursos do abono salarial para ser uma fonte de renda para o novo programa - logo depois, Bolsonaro descartou fazer o mesmo com o dinheiro do seguro defeso. E, nesta semana, Bolsonaro disse que não existe a possibilidade de congelar o valor de aposentadorias para abrir espaço no Orçamento com o objetivo de bancar o Renda Brasil.

Como dificilmente Bolsonaro desistirá do programa - ontem, o presidente deu sinal verde para o senador Márcio Bittar (MDB-AC), o relator do Orçamento, tratar do tema -, a sobrevivência do teto fica em xeque. O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, nota que a proposta de congelar aposentadorias tiraria pouco de muitos - são 11,7 milhões de aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo - para beneficiar um número menor de pessoas, numa conjuntura da inflação de alimentos em dois dígitos. "A economia ensina que pessoas tendem a valorizar mais o que perdem que o que ganham, enquanto a política ensina a contar os votos", resume ele.

---



## Economistas veem agenda fiscal sem rumo e risco de piora

Após a alta de gastos públicos para diminuir o impacto da pandemia do novo coronavírus, falta clareza sobre as chances de avanço de reformas que controlem as despesas

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





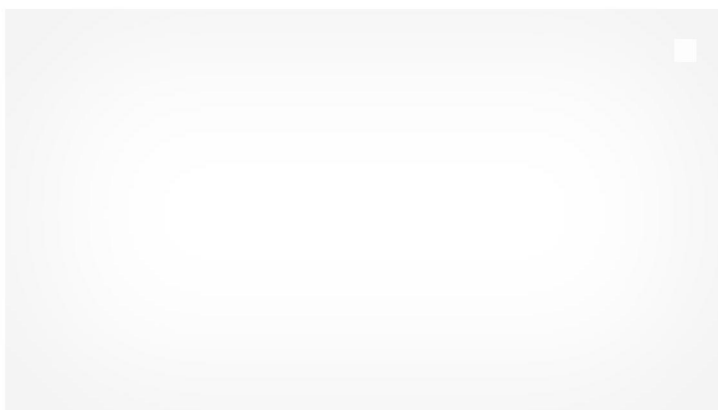
Salto: governo tem o ônus de não poder contar com ala política como “árbitro” — Foto: Denio Simões/Valor

A agenda fiscal do governo está hoje “sem rumo” e sob o risco de enveredar para uma trilha desfavorável, opinam economistas. Após a alta de gastos públicos para diminuir o impacto da pandemia do novo coronavírus, falta clareza sobre as chances de avanço de reformas que controlem as despesas. Isso ganha relevância em meio aos debates para acomodar programas, como o Renda Brasil, dentro do teto de gastos e a um Orçamento para 2021 considerado “irrealista”.

A mudança de perspectiva sobre a política fiscal para um cenário pessimista está no “fio da navalha”, afirma Fabio Klein, economista da Tendências Consultoria. Segundo ele, as incertezas têm origem no esvaziamento do corpo técnico do Ministério da Economia e na difícil equação entre os desejos das alas política e econômica do governo.

“A única forma de atender aos desejos da ala política é retomando a agenda de reformas. Na pandemia, essa agenda ficou mais importante, é preciso fazer movimentos para reorganizar o Orçamento e os gastos obrigatórios, e não adianta tentar resolver pela receita”, afirma Klein.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A criação do Renda Brasil ou programa social similar de ampliação do Bolsa Família e a intenção de elevar os investimentos públicos, ressalta o economista, estão entre as medidas que só seriam viabilizadas com a continuidade do ajuste fiscal.

Segundo Klein, parte dessa iniciativa foi retomada, ainda de que forma atabalhoada, nas últimas semanas, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, quebrou o silêncio adotado desde a pandemia em torno de temas como a reforma administrativa e a sua proposta “3D” (desvincular, desindexar e desobrigar).

“Depois de perder tempo ‘jogando a bola para trás’, essa agenda voltou, mas vemos a enorme dificuldade em compatibilizar esse debate”, disse.

Nesse sentido, jogam contra as expectativas do mercado os rumores sobre novas baixas na equipe econômica, como a especulada saída do secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues. “O tal do cartão vermelho do Bolsonaro foi para a equipe econômica, para o time em que muitos estão saindo. Algo de bom não está acontecendo”, diz Klein, ressaltando o risco de Guedes começar a se enfraquecer.

“A agenda fiscal enfrenta a restrição política e as dificuldades de lidar com as pressões e lobbies de setores, o que não é novo. Guedes tem uma visão, mas não clareza a respeito dos projetos”, afirma Felipe Salto, economista e diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI).

O Orçamento para o ano que vem não prevê espaço para novos gastos, a não ser que as despesas discricionárias sejam ainda mais cortadas. “A disputa é entre aqueles que acham que despesas novas precisa ter fontes de financiamento e outros que acham que é possível contornar o teto de gastos”, afirma Salto.

A questão, ressalta o diretor-executivo da IFI, é que governo tem colecionado reveses no debate entre aumentar receita ou reduzir despesas. “Também nesse front o governo não tem sucesso e enfrenta a resistência da área política [do governo]”, afirma o economista.

Na avaliação de Salto, discussões desse tipo são naturais, mas o atual governo tem o ônus de não poder contar com a ala política como “árbitro”. “Agora temos um ministro da Economia que não consegue fazer articulação política e dentro do Congresso também não se vê quem estaria fazendo esse trabalho. Por outro lado, há setores do governo que querem a ‘expansão pela expansão’ do gasto”, afirma.



## Equipe econômica busca volta à normalidade

Integrantes da pasta ensaiam retorno à rotina, em meio a rumores sobre saída de Waldery e Da Costa

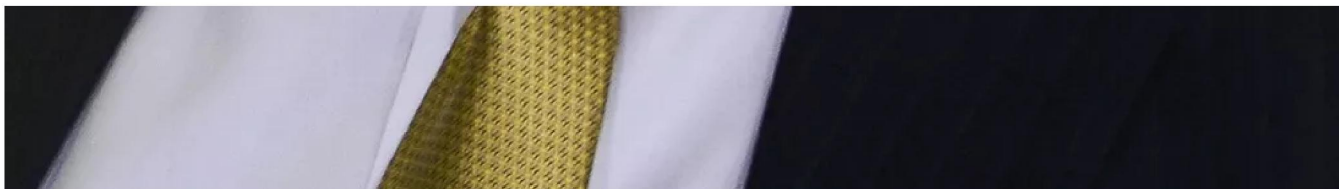
Por **Fabio Murakawa, Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

---







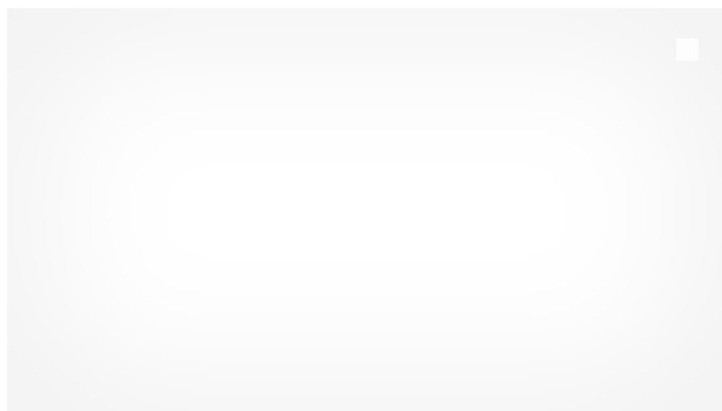
Em reunião com secretários, Guedes tentou acertar os ponteiros com equipe — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Depois de dois dias de intensa fritura após o presidente Jair Bolsonaro falar em dar “um cartão vermelho” a quem propusesse “tirar dos pobres para dar aos paupérrimos” como meio de financiar o Renda Brasil, a equipe econômica encerrou o dia de ontem tentando dar um ar de normalidade e volta ao trabalho.

Balançando no cargo desde a terça-feira passada, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, foi no fim da tarde ao Palácio do Planalto para participar de uma reunião de rotina da Secretaria de Governo (Segov) e tratar de matérias em tramitação no Congresso Nacional.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, também participou da reunião. Ao final, deu uma entrevista sobre a retomada das perícias médicas nos postos de atendimento do INSS. Questionado sobre a situação de Waldery, esquivou-se. “Não, não. Eu estou falando aqui da Previdência.”

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Esses encontros normalmente ocorrem às segundas e às sextas-feiras. O de ontem foi uma antecipação. Com a presença de representantes da Segov, da Secretaria-Geral, da Casa Civil e do Ministério da Economia, servem para alinhar posições e estabelecer prioridades do governo no Congresso.

Num dia ainda tenso, os rumores de defecção na equipe econômica também atingiram o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa. Ele deixaria o Ministério da Economia para ocupar um posto no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No entanto, Da Costa passou o dia trabalhando normalmente. No fim da tarde, substituiu o ministro da Economia, Paulo Guedes, em um evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo site Poder360, que discutiu propostas para a recuperação da economia.

Questionado se estaria de fato deixando o governo, o secretário negou. “Hoje, a decisão é: eu continuo secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, trabalhando com uma equipe extraordinária que muito me orgulha.” Acrescentou que tem muito a fazer à frente da secretaria. Comentou, ainda, que os rumores sobre sua ida para o BID circulam desde dezembro e se disse envaidecido pela lembrança.

Waldery, que se manteve recolhido desde a terça-feira, ontem retomou a rotina de trabalho. Fontes reafirmaram ao **Valor** que o secretário deve permanecer no cargo. Avaliou-se que suas declarações à imprensa sobre alternativas para o financiamento do Renda Brasil, como a desindexação de aposentadorias e restrições de acesso ao seguro-desemprego, foram desastrosas. Mas não de forma intencional.

A reunião de quatro horas que Guedes fez com secretários especiais na noite de quarta-feira teve como objetivo justamente acertar o passo da equipe para evitar que iniciativas individuais dos secretários causem problemas ao governo. Houve orientação para que ideias ainda não amadurecidas não sejam trazidas a público.

Da Costa é lembrado para o BID porque trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, na pandemia, foi o responsável pelos programas de crédito às empresas.

O Brasil deve ter o direito de indicar o vice-presidente-executivo como parte do arranjo que permitiu a eleição de Mauricio Claver-Carone, dos Estados Unidos, para a presidência da instituição. Tradicionalmente, o presidente do organismo é um latino-americano e o vice-presidente executivo, um norte-americano. Desta vez, houve uma inversão.

O Ministério da Economia informou que ainda não há definição sobre a indicação brasileira para o cargo no BID.

Ontem, ao mesmo tempo, confirmou que o Brasil propôs a recondução de Abraham Weintraub para uma diretoria-executiva do Banco Mundial. O ex-ministro da Educação está no posto desde junho, mas seu mandato se encerra em 31 de outubro. Se reconduzido, ficará no cargo por mais dois anos.

A diretoria representa o Brasil e mais oito países: Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

A chave para diminuir a próstata foi descoberto e custa barato.

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

## Evidências do imposto de renda

A renda isenta chegou a R\$ 957,3 bi em 2018, sendo 45% relativos aos lucros e dividendos obtidos com a atividade organizada na forma de pessoa jurídica

Por Josué Pellegrini

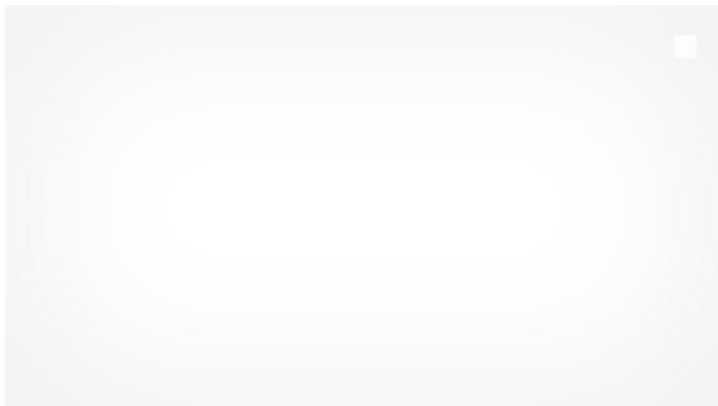
18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A discussão sobre a reforma tributária é uma boa ocasião para analisar as principais características e distorções nos principais tributos do Brasil. Busca-se aqui discutir alguns desses pontos no caso do imposto de renda, notadamente o incidente sobre a pessoa física.

A comparação internacional indica que o país tributa pouco a renda. Segundo dados da Receita Federal, enquanto o Brasil arrecadou 7% do PIB, 34 países da OCDE recolheram 11,4% do PIB, em 2017. Embora não se deva esperar que o Brasil chegue ao patamar dos países ricos, há espaço para explorar melhor esse imposto.

**É desejável elevar o grau de progressividade da tributação da renda e evitar a sua quebra no decil superior**

PUBLICIDADE





Se essa constatação não suscita muita controvérsia, o mesmo não se pode dizer a respeito do melhor modo de elevar a arrecadação e de como distribuir o ônus do imposto de renda entre os contribuintes.

As informações geradas pelo processamento das declarações do imposto de renda da pessoa física trazem importantes subsídios para a discussão. Os últimos dados disponibilizados no site da Receita Federal se referem às declarações entregues em 2019, relativas à renda angariada em 2018. São 30,3 milhões de declarantes e R\$ 3,1 trilhões em renda declarada.

Além da grandeza dos números, outras informações chamam a atenção. Do total da renda declarada, apenas 59,3%, R\$ 1,8 trilhão, é tributada normalmente, com base na tabela com alíquotas progressivas (na fonte e no ajuste anual).

As deduções aplicadas sobre a base de cálculo somam R\$ 416 bilhões, com predominância do desconto da contribuição previdenciária, R\$ 91,6 bilhões, e despesas médicas, R\$ 88 bilhões. O maior item é o desconto padrão, R\$ 136,5 bilhões, destinado a imprimir a progressividade no imposto. Como resultado das deduções e das alíquotas, o imposto devido chega a R\$ 180,9 bilhões, o equivalente a 9,8% do R\$ 1,8 trilhão.

Já a renda isenta é de R\$ 957,3 bilhões, 30,9% do rendimento total declarado. Essa parte compõe-se principalmente de lucros e dividendos recebidos, R\$ 327,9 bilhões; rendimentos de sócio de microempresa ou optante pelo Simples Nacional (exceto pró-labore), R\$ 104 bilhões; e transferências patrimoniais (doações e heranças), sobre as quais incidem outros impostos, R\$ 95,7 bilhões.

Por fim, R\$ 302,7 bilhões, ou 9,8% do total da renda declarada se referem a rendimentos com regras específicas (exclusivamente na fonte). Estão entre os principais itens o décimo terceiro, R\$ 100 bilhões, e o rendimento de aplicações financeiras, R\$ 77,7 bilhões.

Vale observar que os R\$ 302,7 bilhões já estão deduzidos do imposto recolhido. Como o recolhimento não é informado, o imposto precisa ser estimado. Cálculos relativos ao rendimento auferido em 2016 chegam à alíquota média de 14,5% que,

aplicada ao rendimento de 2018, resulta em R\$ 51,3 bilhões em impostos ( $51,3 / (302,7 + 51,3) = 0,145$ ).

Juntando-se os R\$ 51,3 bilhões estimados aos R\$ 180,9 bilhões em impostos devidos antes informados, chega-se ao total de R\$ 232,2 bilhões ou apenas 7,5% do total de rendimento declarado de R\$ 3,1 trilhões. Trata-se de um percentual reduzido que expressa a baixa tributação sobre a renda no Brasil.

A baixa alíquota média se deve, em parte, às deduções permitidas e ao tamanho da renda isenta. Se essa renda, somada à renda reduzida por conta das deduções, sofresse incidência de 10%, por exemplo, a arrecadação subiria R\$ 137,3 bilhões  $((957,3 + 416) * 0,1)$ , incremento de quase 60%.

Note-se, contudo, que, mesmo com o referido incremento, a arrecadação de 2018 subiria apenas para 7,2% do PIB, frente aos 7% do PIB ocorridos, ainda muito aquém do verificado na OCDE. Por isso, incrementos extras exigiriam ainda a revisão da estrutura de alíquotas do imposto de renda da pessoa física. Só não seria isonômico tomar essa providência antes de se ampliar a renda tributada, pois o sacrifício extra recairia sobre os mesmos contribuintes.

Outras informações importantes trazidas pelas declarações surgem quando se desagrega as declarações por faixa de renda. Constata-se certa progressividade até a renda mensal de 40 salários mínimos, já que as alíquotas médias partem de 0% para a renda até 3 salários e sobem gradualmente até 12,3% para renda entre 20 e 40 salários. Daí em diante, a alíquota cai até chegar a 5,9% para renda mensal acima de 160 salários.

Do total de 30,3 milhões de declarações entregues em 2019, 16,6 milhões ou não pagaram ou pagaram com alíquota muito reduzida, de cerca de 1,4%. Os 13,7 milhões de contribuintes restantes, com renda acima de 5 salários mínimos, devem estar entre os 10% mais ricos da população.

Assim, quando se considera apenas os decis, pode-se concluir que o imposto de renda da pessoa física é progressivo, embora haja espaço para elevar a progressividade, o que também permitiria incrementar a arrecadação. Contudo, há

quebra relevante da progressividade dentro do decil superior. As alíquotas caem para os 675 mil contribuintes com renda acima de 40 salários mínimos, cerca de 0,45% da população adulta.

Aparentemente, a quebra resulta da estrutura de alíquotas vigentes, das deduções e, principalmente, da renda isenta. Conforme visto, a renda isenta chegou a R\$ 957,3 bilhões, em 2018, sendo 45% relativos aos lucros e dividendos obtidos com a exploração de atividade organizada na forma de pessoa jurídica.

Enfim, se a reforma tributária chegar de fato ao imposto de renda, seria desejável ampliar a renda tributada por meio da redução das deduções e da renda isenta. Ademais, a estrutura de alíquotas precisaria ser revista para elevar o grau de progressividade da tributação sobre a renda e eliminar a quebra da progressividade dentro do decil superior de renda. A proposta de tributação dos dividendos contribuiria nesse sentido.

## **Josué Pellegrini é diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) e consultor legislativo do Senado Federal**

---

### **Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados

---

#### **LINK PATROCINADO**

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

#### **LINK PATROCINADO**

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

#### **LINK PATROCINADO**

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

#### **LINK PATROCINADO**

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

#### **LINK PATROCINADO**

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

# Fome voltou a aumentar no país, alcançando 10,3 milhões de pessoas

Número foi atingido em meados de 2017 a meados de 2018, correspondente a 5% da população brasileira

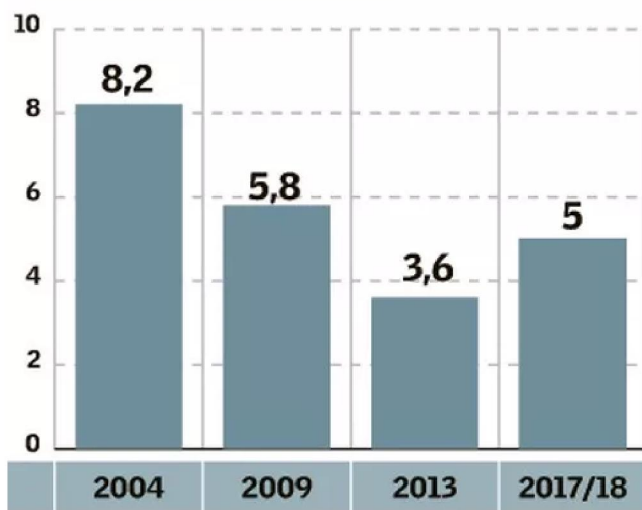
Por Bruno Villas Bôas e Alessandra Saraiva — De São Paulo

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

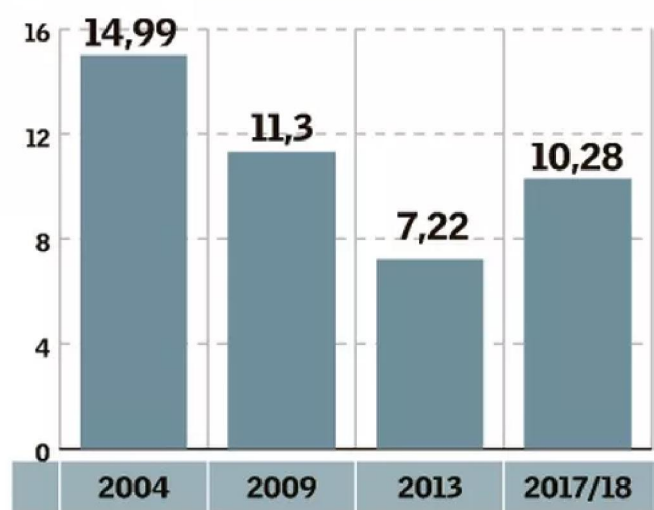
## Evolução da fome

População com insegurança alimentar grave (fome)

■ Em % da população



■ Em milhões de pessoas



Fonte: IBGE

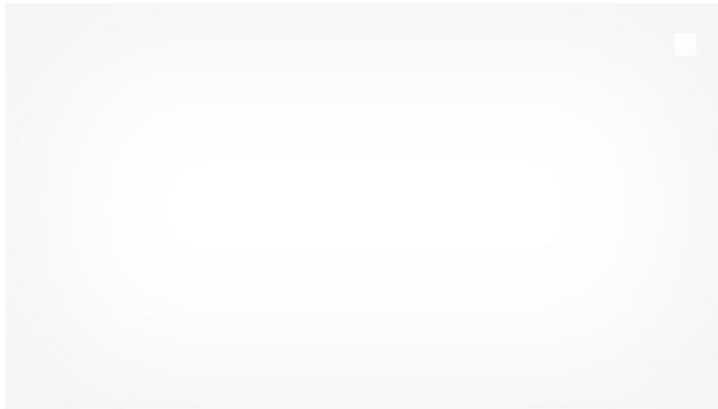
A crise econômica enfrentada pelo Brasil nos últimos anos cobrou o preço das famílias mais pobres. Depois de mais de uma década em declínio, a fome voltou a crescer e atingiu 10,284 milhões de pessoas de meados de 2017 a meados de 2018 - o correspondente a 5% da população brasileira.



Divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) mostra que a insegurança alimentar grave havia recuado de 8,2% da população em 2004 e para 3,6% em 2013, quando atingia 7,2 milhões de pessoas.

A melhora dos indicadores de segurança alimentar ao longo de mais de uma década tirou o Brasil do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgado naquele ano. O retorno ao Mapa da Fome, porém, é incerto.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Esta não é uma questão simples, pois são muitas as variáveis para se chegar a essa situação. Uma delas é o impacto da pandemia na economia e na renda das famílias, e os dados do IBGE são de 2017/2018, sem o período da pandemia”, disse Gustavo Chianca, representante-adjunto da FAO no Brasil.

Para Francisco Menezes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), os dados do IBGE comprovam que o Brasil retornou ao Mapa da Fome em 2018.

O pesquisador acrescentou que o auxílio de R\$ 600 foi um “desafogo” durante a pandemia, mas o quadro da fome pode se agravar com o fim do pagamento do benefício no fim deste ano. “Isso nos preocupa muito”, afirmou Menezes. “Ninguém tem a ilusão de que a economia vai se recuperar rapidamente.”

Para reduzir a fome do país, o especialista do Ibase defendeu uma reforma tributária com progressiva taxação de riqueza, para angariar recursos e alocar em programas de transferência de renda. Para a FAO, o caminho é ampliar os programas sociais e de geração de emprego e renda.

Há pouco mais de um ano, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a fome no Brasil seria uma “grande mentira”. “Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não”, afirmou o presidente durante um café da manhã com representantes de veículos convidados.

Com o objetivo de medir a insegurança alimentar, o IBGE fez 14 perguntas para famílias de 57.920 domicílios entre junho de 2017 e julho de 2018. Questionou se alguém “comeu menos do que devia por falta de dinheiro” e “sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro” nos 90 dias anteriores, por exemplo.

Os resultados mostram que 36,7% das famílias brasileiras vivem com algum nível de insegurança alimentar, o correspondente a 25,3 milhões de domicílios. Essa insegurança é dividida conforme a severidade: leve (24% do total das famílias), moderada (8,1%) e grave (4,6%).

Metade das crianças com menos de cinco anos de idade vivia em domicílios com algum grau de insegurança alimentar. O país tinha 13,075 milhões de crianças a faixa de zero a quatro anos, das quais 6,539 estavam em situação de insegurança alimentar, o correspondente a 50% do total.

André Martins, gerente da POF, diz que a insegurança leve inclui famílias que abrem mão de qualidade de alimentos para não comprometer a quantidade consumida, preocupadas com o futuro. Na moderada, existe falta de alimentos, mas não há fome. Na grave, a fome é “uma experiência vivida”, disse.

O período da pesquisa foi marcado pelo lento processo de recuperação da economia após a recessão de 2014 a 2016, oriunda de equívocos da gestão macroeconômica de anos anteriores. Foram anos de desemprego elevado, perda da renda, aumento de miseráveis no país.

A situação mostrou-se mais grave nas regiões Norte e Nordeste, um padrão que se repete em outros indicadores sociais. Na região Norte, 10,2% dos domicílios pelo menos um morador tinha fome, seguido pelo Nordeste (7,1%). O percentual era menor no Sul (2,2%) e Sudeste (2,9%).

Também era mais grave nas áreas rurais, outro padrão conhecido da fome. Dados da pesquisa mostram que 7,1% dos domicílios tinham situação grave de insegurança alimentar, acima do registrado nas áreas urbanas (4,1%). Regiões rurais costumam ter menores rendimentos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

Médicos: método simples pode evitar ronco (experimente hoje à noite)

SLEEPMAGIC

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

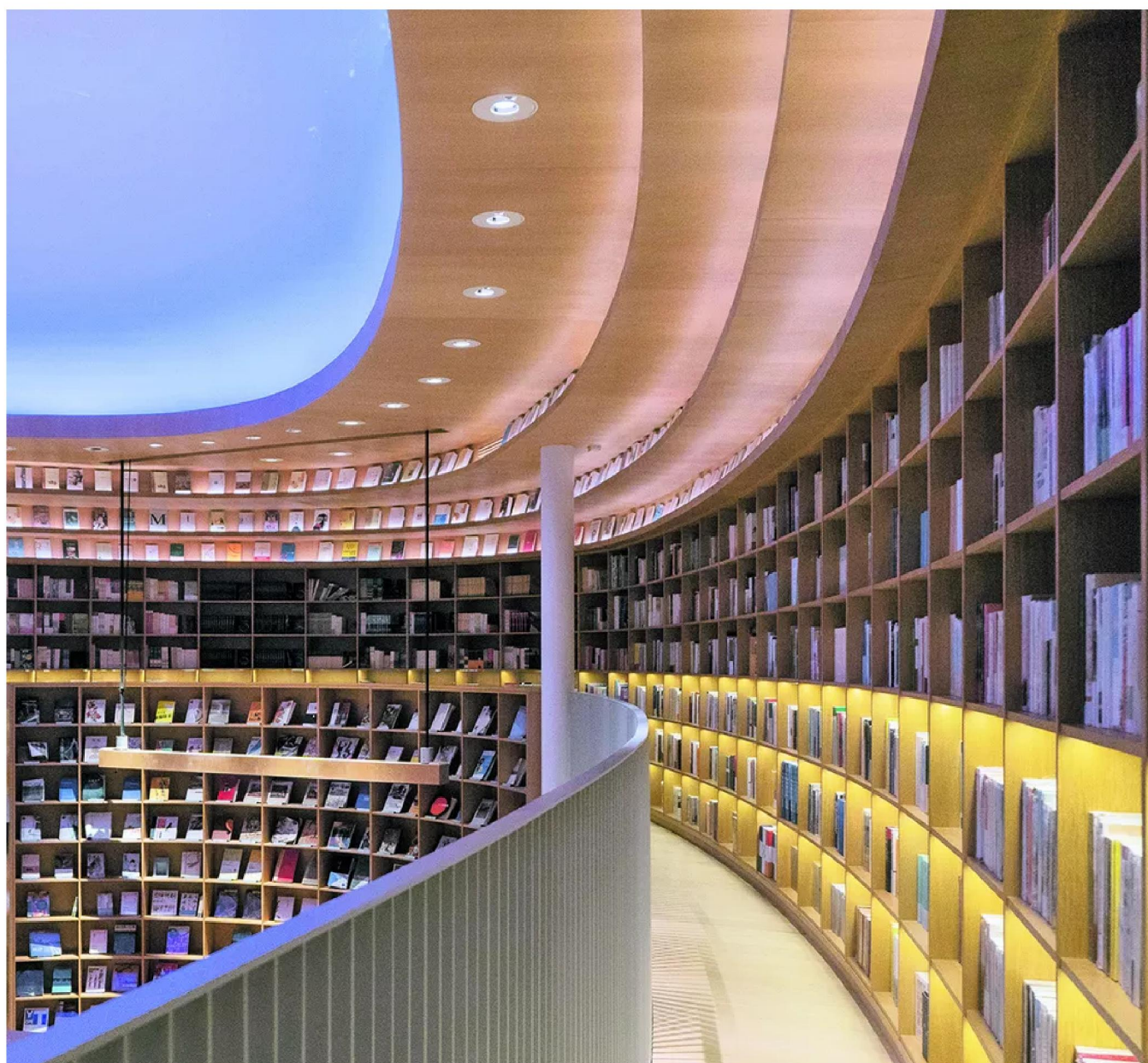


# Impacto da tributação dos livros no acesso à leitura

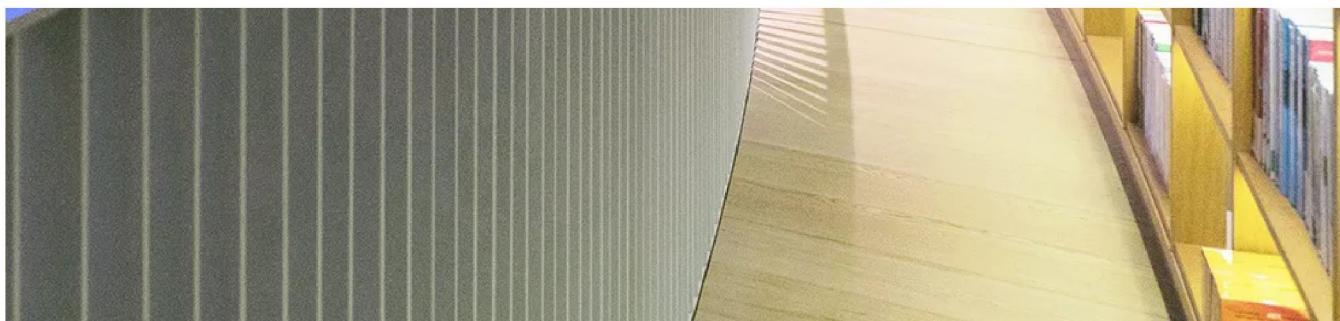
Medida tem o potencial de imprimir ainda mais velocidade ao declínio da bibliodiversidade e do acesso à leitura

Por Carlos Ragazzo

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





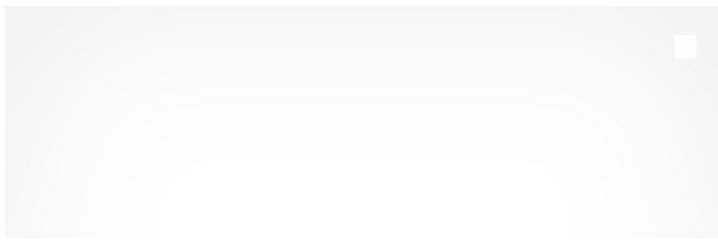


— Foto: Tide He/Pixabay

Na busca por um modelo tributário mais eficiente, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3887/2020, criando a contribuição social sobre operações com bens e serviços (CBS), em substituição ao PIS/Cofins, estabelecendo a cobrança de uma alíquota única de 12%. Como efeito reflexo da instituição da CBS, o Projeto de Lei acaba revogando artigos da Lei 10.865/2004, que reduziam a zero a alíquota desses tributos que incidiam sobre livros. Na prática, portanto, a reforma tributária passa a tributar as atividades de importação e venda de livros.

A tributação de livros tem levantado um debate saudável na sociedade, em que autoridades do governo e membros de diversos veículos de mídia tem interagido na compreensão dos impactos que poderão advir da medida. De um lado, existem receios quanto ao potencial impacto no acesso a conhecimento e cultura por parte da população brasileira. E, de outro, argumentos relacionados à eficiência tributária. Ou seja, se a isenção de livros beneficiaria apenas as editoras, que supostamente teriam aumentado margens de lucros, sendo a desoneração uma medida inadequada, dado que o perfil de leitor brasileiro seria justamente aquele que pode pagar tributos.

**Medida pode imprimir ainda mais velocidade ao declínio da bibliodiversidade, com forte impacto cultural**



Como, então, dirimir esse conflito? Em primeiro lugar, o incentivo tributário hoje já parece insuficiente para assegurar ao cidadão brasileiro bibliodiversidade: diferentes obras novas, com pluralidade de autores e posições epistemológicas. De uma forma geral, a compressão de margens das editoras faz com que se concentrem em poucos títulos, reduzindo o número de lançamentos e o espaço para inovações, fenômeno esse já em curso.

O número de obras novas no Brasil vem caindo consistentemente, passando de 20.406 em 2011 para 14.639 em 2018, segundo dados da Fipe (2019), o que equivale a uma queda de cerca de 30%. Países como França e Alemanha, para se ter um parâmetro de comparação, publicaram 106.799 e 71.548 obras novas no ano de 2018.

Desde 2014, o número de exemplares de livros vendidos caiu 25%, passando de 277,4 milhões de exemplares para menos de 210 milhões em 2019, segundo dados da CBL e do SNEL. E o potencial do impacto no acesso a livros a partir da incidência da CBS é ainda maior, dado que a indústria é sensível à renda, em queda livre por conta da covid-19, e também a preço. Conforme relatórios da International Publishers Association (IPA) e da Swedish Publishers Association, mudanças tributárias na indústria de livros em dois países são exemplos desse efeito em preço: 1- No Quênia, livros eram isentos e passaram a ser tributados a uma alíquota de 16%; na sequência, as vendas tiveram queda de 40% e houve aumento da pirataria, 2- por outro lado, na Suécia, com a diminuição do IVA, houve redução do preço e também aumento na venda de exemplares.

Aliás, essa discussão já seria naturalmente complexa em circunstâncias normais, em que diversos setores não estivessem ameaçados por mudanças agudas de hábitos de consumo, sobre as quais ainda não se pode ter maior clareza. Em particular, a crise causada pela covid-19 vem trazendo impactos severos à indústria no cenário global, em que contrapartes internacionais já apontam perdas financeiras muito relevantes.

Na Rússia, por exemplo, existem estimativas da Russian Book Union contabilizando perdas de vendas correspondentes a 15 bilhões de rublos, ou o equivalente a 15 a 20% do mercado. Ao mesmo tempo, na Argentina, o número de novas obras se reduziu em praticamente 50% nos primeiros meses da quarentena, em comparação ao mesmo período em 2019, o que já demonstra o potencial impacto em bibliodiversidade. E, mesmo na Alemanha, um forte mercado consumidor de livros, a perda chegou a algo próximo a € 500 milhões, de acordo com informações da German Publishers & Booksellers Association.

Tributar livros nesse contexto tem o potencial de imprimir ainda mais velocidade ao declínio da bibliodiversidade e do acesso à leitura, com fortes impactos culturais, sobretudo num cenário em que as livrarias, também afetadas pela CBS, caso o tributo venha a ser aprovado, vêm se reduzindo brutalmente nos últimos anos, com registros de recuperação judicial de grandes redes varejistas. Como parte relevante da compra de livros acontece por impulso (quando o consumidor vê a obra), reduzir os pontos de venda desestimula ainda mais o acesso à leitura pelo brasileiro, aprofundando um processo de retração de lojas físicas, que já teve uma queda de 29% nos últimos dez anos, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Diante dessas informações, a ideia de implementar medidas focalizadas em grupos vulneráveis parece mais uma medida complementar do que justificativa para eliminar a isenção aos livros. Sempre é bom lembrar que a Política Nacional do Livro é uma lei que entrou em vigor em 2003, havendo amplo espaço normativo, mas pouco incentivo, para que medidas governamentais sejam tomadas nessa direção.

Num país em que 30% dos brasileiros jamais compraram um livro, qualquer impacto em acesso à leitura pode agravar ainda mais o quadro de educação precário que registra índices dos mais preocupantes, entre os quais um percentual de cerca de 50% dos jovens de ensino médio que não conseguiram sequer atingir o nível mínimo de proficiência esperada em leitura.

O governo inglês anunciou em março deste ano a intenção de adotar alíquota zero ao IVA para publicações eletrônicas, mudança essa inicialmente prevista para entrar em vigor agora em dezembro, mas antecipada para maio, em função das preocupações decorrentes da covid-19, assim equiparando o mesmo tratamento



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

## Impasse no teto de gastos

Bolsonaro busca terceirizar definição sobre quem paga a conta do Renda Brasil, mas cabe a ele dessa decisão

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

A Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos, chegou a um impasse que, se não resolvido, inviabilizará praticamente todo o investimento público e a criação do programa de renda mínima batizado, originalmente, de Renda Brasil. E o mais curioso é que de pouca valia seria aumentar a receita de livre destinação. O problema está na despesa e é nela que se requer arbitrar uma solução.

A emenda diz que o gasto do ano seguinte só poderá ser corrigido pela inflação do ano anterior, medida em 12 meses até junho, estabelecendo, assim, limites para a despesa pública.

**Bolsonaro não quer arbitrar quem paga a conta do Renda Brasil**





Para o Orçamento do ano que vem, portanto, com a inflação de 2,13% até junho o teto de gastos da União será de R\$ 1,485 trilhão - ou seja, apenas R\$ 31 bilhões a mais do que o teto deste ano, de R\$ 1,454 trilhão.

Nesses valores não caberia mais uma despesa com o Renda Brasil, que seria um Bolsa Família maior, com o valor do benefício em torno de R\$ 300, e mais amplo. A ideia é estender o programa de renda mínima para cerca de 20 milhões de famílias, um aumento em relação ao universo atingido hoje, de 14 milhões de famílias. Com isso o governo espera incluir alguns milhões de brasileiros que vão deixar de receber o auxílio emergencial a partir de janeiro de 2021 e não estão incluídos em nenhum dos programas sociais hoje existentes. São os “invisíveis”, só agora descobertos pelo poder público.

A EC 95 foi aprovada em 2016 com certa folga, mas os espaços foram sendo consumidos até se chegar à situação de hoje.

E a legislação veio incompleta, pois instituiu os mandatos para o teto dos gastos mas não deu os instrumentos necessários para o Executivo cumpri-lo.

A solução é a aprovação da PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que corrige a regra do teto de gastos, facilitando o disparo dos “gatilhos”.

Pela proposta, as medidas serão acionadas quando as despesas obrigatórias chegarem a 95% da despesa primária total. Disparam-se, aí, os “gatilhos” proibindo a concessão de aumentos, reajustes ou adequação de remuneração de servidores civis e militares, criação de cargos, empregos ou funções que impliquem aumento de despesas, alterações de estruturas de carreiras que impliquem aumento de gastos e criação de despesas obrigatórias.

Para contornar o impasse, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu a medida dos três D - desindexação, desvinculação e desobrigação de despesas orçamentárias - que teria que ser incorporada à PEC do Pacto Federativo. É a segunda tentativa do

ministro de emplacar os três D. A primeira, vetada por Bolsonaro, foi na PEC do Pacto Federativo.

Guedes tratava da inclusão com o relator da PEC e do Orçamento para 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC). Foi justamente quando se dava essa negociação que aconteceu um ruído de grandes proporções.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues disse, em entrevista ao repórter Fábio Graner, do **Valor**, no domingo, que o governo estudava a suspensão da indexação à variação do salário mínimo dos benefícios previdenciários por dois anos.

Corroídos pela inflação nesses dois anos, a medida geraria um ganho permanente na redução de despesa. Isso permitiria reforçar o orçamento do novo programa social, o Renda Brasil, com uma potência muito superior ao fim do abono salarial e do seguro-defeso, que já haviam sido também vetados pelo presidente.

Tão logo foi informado dessa primeira alternativa para o financiamento do programa de renda mínima, que representaria colocar todos os programas sociais (abono salarial, benefícios de prestação continuada, seguro-defeso) dentro do guarda chuva do Renda Brasil, Bolsonaro a descartou e declarou que não iria “tirar dos pobres para dar aos paupérrimos”.

Confrontado com as declarações de Waldery, com quem esteve na segunda feira, o presidente ficou muito bravo e disse que daria “cartão vermelho” a quem lhe defendesse tal proposta em relação aos aposentados e pensionistas do INSS.

Na mesma ocasião, Bolsonaro decretou o fim do Renda Brasil.

“Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra (sic) Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família e ponto final”, disse o presidente. Não houve nem sequer tempo para fazer o enterro do programa de renda mínima pois Bolsonaro permitiu ressuscitá-lo no dia seguinte, em um encontro com Bittar.

Renasceu a proposta do Renda Brasil, mas continua sem definição quem vai pagar essa conta. Para esfriar os ânimos, Bittar despistou os jornalistas alegando que primeiro cria a despesa e só depois, mais adiante, é que terá que dizer quem vai financiá-la.

Como foi dito acima, só um gasto primário é que poderá dar lugar ao novo programa social. Isso exclui, por exemplo, medidas de corte de benefícios fiscais e subsídios que atingiriam os mais abastados. Como informou o governo no fim de 2019, há uma lista generosa de gastos tributários a ser atacada, no valor de cerca de R\$ 307 bilhões, cifra que equivale à 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas isso não resolve o problema do teto de gastos por não ser uma despesa primária.

Outra medida para retirar recursos dos mais ricos é a tributação de dividendos. Aí também se esbarra no drama do teto, que é em relação ao tamanho do gasto público, e não ao aumento das receitas.

Ao presidente da República caberia ser o árbitro desse nó sem ponta em que se transformou a questão do teto de gastos. A ele cabe decidir quem vai pagar a conta do programa Renda Brasil. Até agora ele recusou as sugestões técnicas e está tentando terceirizar a definição para o relator, senador Bittar.

O impasse do teto de gastos era uma questão de tempo. A Emenda Constitucional 95 foi destinada a dar um basta no crescimento ininterrupto do gasto público sempre financiado pela expansão das receitas e, depois, pelo aumento do endividamento.

No Executivo e no Legislativo, a discussão terá que ser aberta e transparente.

**Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras**  
**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

---

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

# O dilema da renda fixa: riscos fiscais e formato da curva de juro

Reduzir suas exposições no mercado de renda fixa em razão dos riscos fiscais não é uma decisão trivial ou sem custo

Por Paulo Clini

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Visões divergentes

Selic projetada no final do ano



Fonte: BCB e B3. \* 16/09

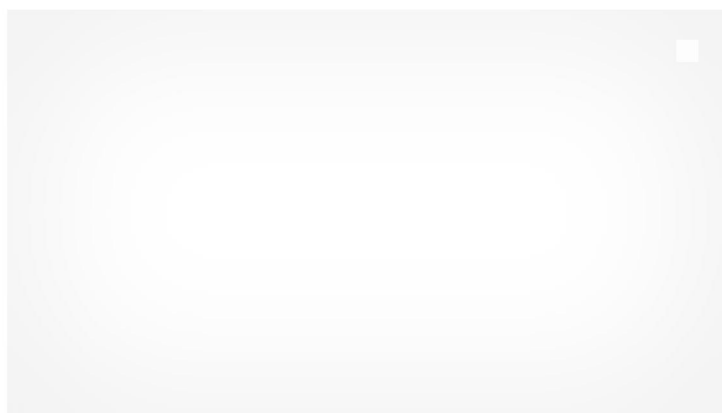
Não resta dúvida de que a crise gerada pela pandemia de covid-19 tem criado alguns dilemas de difícil solução para os investidores.



No plano global, por exemplo, o aparente descolamento entre a recuperação da atividade econômica projetada para o futuro próximo e a performance dos mercados acionários globais tem sido uma fonte recorrente de preocupação por parte dos investidores. Afinal, qual o limite para os mercados ignorarem desenvolvimentos de curto/médio prazo e seguirem curso próprio, antecipando uma possível recuperação em um futuro bem mais distante?

No Brasil, o dilema é outro. É fato conhecido que a queda da taxa Selic para os patamares mais baixos da história tem sido acompanhada por uma brutal expansão dos gastos fiscais e que a manutenção dessas políticas pode tornar a dinâmica da dívida pública insustentável. Colocado de outra maneira, ao mesmo tempo que o risco fiscal cresceu, o retorno livre de risco da economia caiu.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Poucos contestam que o risco fiscal é concreto e potencialmente negativo para os preços dos ativos nos mercados locais. Mas como o investidor deveria reagir a esse cenário?

A simples possibilidade de uma ruptura com as políticas fiscalmente responsáveis deveria levar o investidor a reduzir risco neste momento, esperar os resultados dos desenvolvimentos políticos nos próximos meses e só então voltar a pensar em se posicionar novamente?

Se esse fosse um evento “líquido e certo”, a resposta possivelmente seria sim. Acontece, no entanto, que esse é um evento sujeito a uma certa probabilidade de ocorrência. É possível argumentar que há outras alternativas na mesa (mais ou menos prováveis) que não passam por uma ruptura sem volta com a disciplina

fiscal, como rejeita o mercado. Se esse é o caso, como deveria reagir o investidor, então?

A resposta aqui (que pode parecer insatisfatória para muitos) é: depende do que já está precificado pelos investidores. Isso depende de cada classe de ativo específica. Vou usar aqui o mercado de renda fixa para exemplificar esse ponto.

O que aconteceria com a trajetória da taxa Selic e com os juros de longo prazo se o governo decidisse adotar políticas fiscalmente irresponsáveis? A primeira consequência visível seria a reversão dos cortes de juros praticados ao longo dos últimos meses. Aliás, o próprio BC tem sinalizado que a manutenção dos juros nos patamares atuais é condicional à manutenção de um regime fiscal crível.

Qual seria a magnitude dessa reversão? Difícil ter uma resposta conclusiva para essa pergunta, mas um ponto de partida seria olhar o que a curva de juros local está precificando atualmente. Lá vemos que o mercado já incorpora altas contínuas da taxa Selic ao longo dos próximos anos, chegando em patamares próximos a 4,75% ao ano no final de 2021, subindo até aproximadamente 7,25% ao ano no final de 2022. Essas altas são inclusive mais acentuadas que as expressas no Relatório Focus coletado pelo Banco Central.

A diferença entre essas projeções (Focus x curva de juros) nos dá uma estimativa do “prêmio pelo risco” que os investidores já estão pedindo para correr o risco fiscal que estamos discutindo aqui. Aliás, inclusive para padrões históricos, essa diferença é proporcionalmente alta. Perdas financeiras, no entanto, só ocorreriam se a taxa Selic efetivamente subisse além do estimado na curva.

Esse ponto é importante pois mostra que o mercado já reagiu ao aumento do risco fiscal, precificando altas de juros relevantes no futuro. Esse problema fica ainda mais visível quando se toma por base a sinalização do BC de que pretende manter os juros em patamares próximos a 2,0% ao ano por um longo período tempo.

Em outras palavras, os investidores já estão precificando uma probabilidade relativamente alta de um desarranjo fiscal relevante o suficiente para forçar o BC a subir juros de maneira muito mais agressiva do que sua própria sinalização ou mesmo do que o consenso dos analistas sugere.

O que o exercício acima mostra é que reduzir suas exposições no mercado de renda fixa em razão dos riscos fiscais não é uma decisão trivial ou sem custo. O investidor vai pagar um prêmio relativamente alto para aquele que deseja carregar esse risco e tal movimento só faria sentido se se acreditasse que a probabilidade de uma “escorregada” fiscal permanente é mais alta do que aquela com que o mercado já trabalha e que isso levaria as taxas de juros para patamares superiores aos já embutidos na curva.

Raciocínios semelhantes poderiam ser desenvolvidos para o mercado acionário e mesmo para o câmbio e mostra que nem sempre reagir tempestivamente aos receios correntes do mercado é a melhor estratégia para o investidor.

**Paulo Clini é diretor de investimentos da Western Asset**

**E-mail: paulo.clini@westernasset.com**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

# Para prefeitos, governadores querem 'capturar' ISS

Parlamentares defendem reforma tributária mais ampla

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Os prefeitos das grandes cidades e capitais afirmaram nesta quinta-feira, à comissão da reforma tributária do Congresso, que não concordam com a unificação do ISS - um imposto municipal - com ICMS, PIS, Cofins e IPI da proposta de emenda constitucional (PEC) 45 e que preferem um modelo fatiado, com uma simplificação individual de cada imposto.

O presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Jonas Donizette (PSB), disse que os gestores municipais vivem clima de desconfiança pelo histórico de reformas anteriores, onde os fundos de compensação não funcionaram, e também um sentimento de que sairão perdendo com a unificação do ISS. "Queria deixar claro que o fato de termos nossa preferência não nos limita de dialogarmos sobre aquilo que achamos melhor para o Brasil", disse.

A frente, como revelou o **Valor** na terça-feira, tem negociado com a comissão uma fórmula para mitigar os impactos negativos da PEC 45 nas grandes cidades. O modelo envolveria um limitador de perdas, com o aumento da imunidade recíproca entre União, Estados e municípios, e um fundo de compensação que será custeado com parte da arrecadação do novo tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).





Donizette disse entender a intenção de pensar uma reforma grande para estimular o crescimento do país, mas defendeu que a sociedade está fazendo uma transição do consumo de bens para o de serviços e que, por isso, o ISS é o imposto com maior projeção de crescimento para o futuro. “Por mais que os Estados queiram brigar na Justiça para poder tributar serviços, na maioria das decisões eles têm perdido. A base é municipal”, afirmou.

O presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Vitor Puppi, destacou que a arrecadação de ISS cresceu 136% de 2005 a 2018 enquanto a do ICMS, apenas 57%. A projeção é de que, com a unificação desses impostos no modelo da PEC 45, os prefeitos tenham uma frustração de receitas de R\$ 206 bilhões em 15 anos. As negociações em curso preveem dividir a arrecadação entre governo federal, governos estaduais e prefeituras do IBS com base no peso que cada tributo tem hoje no bolo total.

“Essa proposta do IBS os Estados já disseram que topam, mas topam por duas razões: a primeira é porque capturam a base de tributo dos municípios e a segunda é porque apresentaram uma conta de R\$ 400 bilhões de um fundo de compensação”, disse Puppi. O Simplifica Já, defendido pela Abrasf e FNP, faria uma lei nacional para o ICMS e outra para o ISS, com a reforma do PIS/Cofins proposta pelo governo, e não exigiria um fundo.

O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez poucos comentários sobre essa proposta, mas afirmou que pretende apresentar uma reforma ampla e que se coloca à disposição para construir uma solução para os problemas apontados. “Não digo proposta de consenso, porque não vamos ter consenso numa reforma tão complexa como é a tributária, mas avançar para termos um modelo que seja bom para o país”, comentou.

Outros parlamentares também defenderam que uma reforma mais ampla, que dê impulso para o crescimento do país e geração de empregos. “O Simplifica Já é ótimo, mas não vamos resolver a casa. Vamos continuar com vários impostos. [...] A gente não pode aceitar a mediocridade como zona de conforto”, disse o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP). “Nosso pensamento não pode ser arrecadatário, tem que ser o desenvolvimento dos produtores de bens e serviços do país”, concordou o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP).

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), por outro lado, disse que o Simplifica Já tem bons alicerces, com soluções mais fáceis, e que o próprio Congresso precisa definir o tamanho da reforma que pretende fazer antes de debater os modelos. “Por enquanto as ideias estão muito soltas”, opinou. Para o pedetista, a PEC 45 precisa dar segurança aos prefeitos de que essa expectativa de crescimento do ISS será respeitada caso o imposto seja fundido com o ICMS, PIS, Cofins e IPI.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

# Renúncia tributária deve cair para R\$ 308 bi

Estimativa do governo para o ano que vem é menor que os R\$ 330,8 bilhões previstos para 2020

Por Fabio Graner — De Brasília

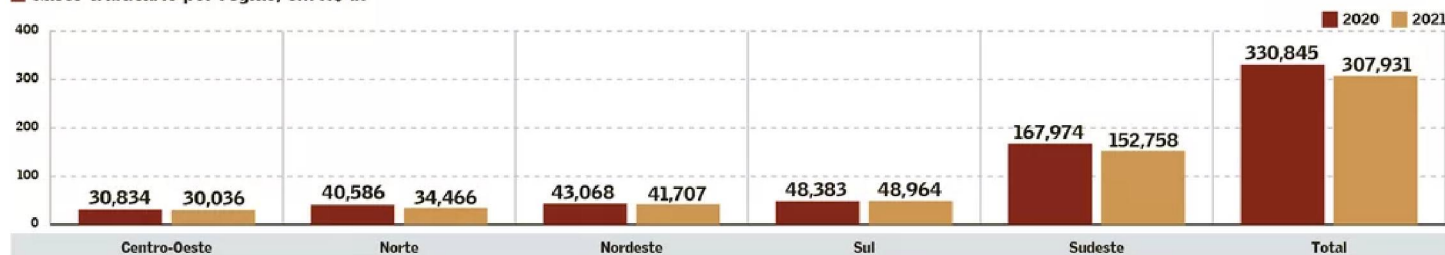
18/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Cofre apertado

Governo estima gasto tributário menor em 2021\*

	Em 2020				Em 2021			
	Valores, em R\$ bi	Part. no PIB, (%)	Part. na arrec., (%)	Part. nos gastos tributários, em %	Valores, em R\$ bi	Part. no PIB, (%)	Part. na arrec., (%)	Part. nos gastos tributários, (%)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	72,104	0,95	4,75	21,79	74,690	0,97	5,02	24,26
Contribuição para a Previdência Social	69,467	0,91	4,57	21,00	49,254	0,64	3,31	15,99
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	56,853	0,75	3,74	17,18	55,938	0,73	3,76	18,17
Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	55,756	0,73	3,67	16,85	60,547	0,79	4,07	19,66
Imposto sobre Prod. Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno	28,463	0,37	1,87	8,60	15,458	0,20	1,04	5,02
Contribuição Social para o PIS-PASEP	13,937	0,18	0,92	4,21	14,503	0,19	0,98	4,71
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	11,597	0,15	0,76	3,51	15,250	0,20	1,03	4,95
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	9,647	0,13	0,64	2,92	8,514	0,11	0,57	2,76
Imposto sobre Importação - II	4,439	0,06	0,29	1,34	4,737	0,06	0,32	1,54
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	3,759	0,05	0,25	1,14	3,610	0,05	0,24	1,17
Imposto sobre Produtos Ind. - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado	3,627	0,05	0,24	1,10	4,443	0,06	0,30	1,44
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	1,149	0,02	0,08	0,35	0,902	0,01	0,06	0,29
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	0,046	0,00	0,00	0,01	47,417	0,00	0,00	0,02
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide	0,001	0,00	0,00	0,00	0,002	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Desenv. da Ind. Cinematográfica Nac. - Condecine	0,000	0,00	0,00	0,00	0,035	0,00	0,00	0,01
<b>Total</b>	<b>330,845</b>	<b>4,34</b>	<b>21,78</b>	<b>100</b>	<b>307,931</b>	<b>4,02</b>	<b>20,71</b>	<b>100</b>

### Gasto tributário por região, em R\$ bi



Fonte: Projeções das PLOAs de 2020 e 2021. \*Valores nominais

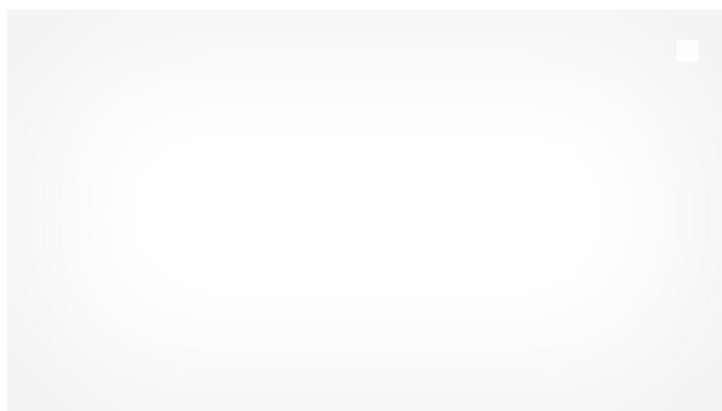
A estimativa do governo para o chamado “gasto tributário” - renúncias fiscais de diferentes impostos e contribuições, além de perdas com crédito subsidiado - em 2021 é de R\$ 307,9 bilhões, o equivalente a 4% do PIB. O dado está no projeto de lei

orçamentária (PLOA) e representa queda de 6,9%, ante estimativa de R\$ 330,8 bilhões (4,3% do PIB) para 2020.

O governo não explica os motivos para o recuo, mas uma análise dos dados mostra que a maior parte ocorre na contribuição previdenciária. O motivo para isso é que PLOA de 2021 trabalha com o fim da desoneração da folha de salários, cujo impacto para este ano está calculado em R\$ 10,5 bilhões.

Mas isso explica cerca de metade da queda na projeção de renúncias com a contribuição para a Previdência. O restante se deve principalmente a recálculo de arrecadação decorrente dos novos parâmetros macroeconômicos do governo. Isso levou, por exemplo, a uma queda da ordem de R\$ 9 bilhões na projeção de renúncias do Simples Nacional para 2021, sendo a maior parte relativa à Previdência.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Como o fim da desoneração da folha para 17 setores ainda é uma grande incógnita, dado que o Congresso discute e tem chances de derrubar o veto presidencial à sua prorrogação por um ano, o nível de renúncia tributária na prática pode pouco se alterar.

Para o ex-secretário de acompanhamento fiscal do Ministério da Economia Alexandre Manoel, o volume de gasto tributário em si não necessariamente significa um problema, pois muitos países trabalhariam com esse nível de renúncia e até mais. A questão mais importante, diz ele, é que não há avaliação sobre o retorno desses incentivos para a sociedade.



Manoel lembra que, entre o segundo governo Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, essa conta mais que dobrou em proporção do PIB, chegando a 4,5%. Em sua visão, o grande problema é que esse crescimento teria ocorrido sem metas claras e sequer definição de controle dos programas.

“A questão no Brasil é que a grande expansão entre 2006 e 2014 de renúncia tributária não significou aumento da produção, de emprego ou da própria arrecadação. E normalmente expansão de gastos tributário tem metas de resultados para arrecadação, emprego, produção e outras”, disse, ressaltando a necessidade de avaliação periódica de políticas.

O consultor de orçamento do Senado Vinícius Amaral vai em direção semelhante. Ele lembra que em 2018 foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano seguinte prevendo que o governo propusesse a revisão desses benefícios, como contrapartida à liberdade de se descumprir a regra de ouro das contas públicas. Mas a equipe econômica acabou apenas mandando um documento sigiloso com ideias sobre o que fazer com uma série de programas, sem nenhuma proposição legislativa.

Além disso, recorda, no ano passado o próprio governo pediu ao Congresso a retirada da LDO de 2020 da previsão de redução dessas renúncias nos dois anos seguintes. O dispositivo forçaria o governo a propor queda entre R\$ 75 bilhões e R\$ 100 bilhões até 2022. “A gente vê que esse é um debate que se sabe necessário, importante, porque tem aspectos fiscais e de eficiência econômica muito importantes, mas percebe-se que o debate está interdito.”

Para Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional, a análise das renúncias tributárias precisa ser cuidadosa. Na sua visão, em muitos casos, é um instrumento útil e eficaz de atuação do Estado. Como exemplo, cita o Prouni. Com base nos dados da Receita, calculou que esse gasto tributário é de R\$ 4,6 mil por aluno ao ano, enquanto o gasto orçamentário por aluno nas universidades públicas estaria em R\$ 28,6 mil, com resultados semelhantes.

Outro exemplo que mostraria que não se deve “demonizar” o gasto tributário é o Simples Nacional. “As empresas do Simples têm 10,7 milhões de trabalhadores